



Universidade de Brasília

Departamento de Economia da Faculdade de Administração,
Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas – FACE

Economia Escravista: preços de cativos em Goiás no século XIX

Marcos Ferreira Couto Pinto
Prof. Dr. Flávio Rabelo Versiani

Brasília
Abril de 2020

Universidade de Brasília

Departamento de Economia da Faculdade de Administração,
Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas – FACE

Economia Escravista: preços de cativos em Goiás no século XIX

Monografia apresentada ao departamento de
Economia da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas, sob a
orientação do Prof. Dr. Flávio Rabelo Versiani.

Brasília

Abril de 2020

Marcos Ferreira Couto Pinto

Economia Escravista: preços de cativos em Goiás no século XIX / Brasília, abril de 2020 - pp. 56.

Orientador: Flávio Rabelo Versiani.

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Monografia – Departamento de Economia.

Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE) – Universidade de Brasília (UnB).

1. História Econômica. 2. Economia Brasileira. 3. Economia de Goiás. 4. Escravidão. 5. Preços.

I. Orientador: Flávio Rabelo Versiani. II. Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas. III. Universidade de Brasília. IV. Economia Escravista: preços de cativos em Goiás no século XIX.

Universidade de Brasília

Departamento de Economia da Faculdade de Administração,
Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas – FACE

Economia Escravista: preços de cativos em Goiás no século XIX

Apresentada no dia 22 de abril de 2020.

Banca examinadora, com orientador, convidado e convidada:

Flávio Rabelo Versiani

Orientador

Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

Convidado

Brasília

Abril de 2020

Agradecimentos

Gostaria de registrar meus mais singelos agradecimentos a todos que fizeram parte dessa longa caminhada até a, tão esperada, formatura. Este trabalho representa o fim de um ciclo e o início de inúmeros outros que virão.

Registro meu mais singelo agradecimento ao professor doutor Flávio Rabelo Versiani, primeiramente, por ministrar uma das disciplinas mais marcantes em relevância para minha graduação. Em segundo lugar, por topar me orientar na elaboração deste estudo, que possibilitou a construção de um senso crítico mais apurado e a obtenção de aprendizados substanciais, para habitantes do país que recebeu mais de 4 milhões de africanos e africanas escravizadas e foi o último a abolir o regime escravocrata, nas Américas.

Além do professor que me proporcionou a oportunidade de estudar temas mais interessantes do que bancos, políticas fiscais e monetárias, gostaria de agradecer à Daniela Freddo, professora e doutora, fundamental durante toda a minha formação acadêmica. Me acompanhou na primeira disciplina que fui monitor, durante o semestre no Mercado de Ideias e durante o Programa de Iniciação Científica, em que pude ser agraciado com o título de Menção Honrosa. Espero conseguir ter transmitido em poucas palavras o tamanho da minha gratidão por essa exímia professora.

Deixo um último agradecimento ao Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, Bárbara Oliveira Souza, Claudio Vicente da Silva e Givânia Maria da Silva que propiciaram momentos ilustres nas salas da Universidade de Brasília. Vocês transformaram minha trajetória acadêmica com suas habilidades, nunca as deixem de lado e esqueçam da importância de proporcionar espaços formativos repletos de diálogo.

Palavras simples mas significantes para agradecer aos que estiveram comigo, família sanguínea e não sanguínea. O apoio e incentivo familiar me forneceram privilégios que me fazem extremamente grato. Aos amigos da 402 Sul, do Colégio Santa Rosa e do Marista, bem como aos que me acompanharam durante a graduação, Ecocotos, obrigado!

Por fim, o mais profundo agradecimento vai para a maior e melhor companheira. O México marca o começo de tudo e aprendizado é uma das palavras que resumem nossos 4 anos de conversas infundáveis. Gostaria de tornar público meus maiores agradecimentos por me ouvir, me aconselhar e trocar tanto comigo. Enfrentamos e enfrentaremos muito. Poliane, obrigado por ser fundamental!

Dedicatória

Esse trabalho dedica-se aos meus, seus e nossos ancestrais que tanto sofreram com um dos processos mais cruéis criados e vivenciados por seres humanos.

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar fatos marcantes para a reflexão acadêmica acerca das transformações socioeconômicas ocorridas durante o século XIX no território estadual conhecido atualmente, como Goiás. Frente a isso, nota-se a importância de abarcar o contexto histórico da região, tanto nos períodos que antecedem como naqueles que sucedem o foco da pesquisa, haja vista serem determinantes para as correlações com as conjunturas históricas que serão expostas. Além da historiografia brasileira haver se preocupado, predominantemente, com áreas economicamente ativas e focadas na produção para exportação, também deixou de considerar outros agentes também fundamentais para o progresso econômico do país. Os africanos e as africanas escravizados no Brasil, tiveram sua mão de obra explorada e, também por isso, ocuparam posição fundamental neste processo. Como o papel econômico da escravidão não foi abordado com a devida relevância em substanciais escritos historiográficos do país, este trabalho busca evidenciar a relevância da mão de obra escravizada na história econômica da província goiana, bem como abordar o comportamento dos preços das transações relacionadas a ela. Por fim, disserta-se acerca da possibilidade de um mercado nacional de escravizados, ao comparar os preços praticados em regiões com atividades econômicas distintas.

Palavras-chave: economia escravista, história econômica, economia brasileira, preços de escravizados, Capitania de Goiás.

Abstract:

The present work aims to show remarkable facts for academic research about the socioeconomic transformations that occurred during the 19th century in the state territory, currently known as Goiás. Therefore, one may note the importance of bringing light to the region's historical context in the periods preceding and succeeding the focus of this research, due to correlation with the historical conjunctions that will be later exposed. Brazilian historiography has been concerned, predominantly, with economically active areas and focused on production for export, leaving aside fundamental agents to the economic growth and development. Africans enslaved in the country occupied fundamental positions in this process. As they did not deal with such relevance in substantial historiographical writings in the country, this paper seeks to highlight the relevance of enslaved labor in the economic history of Goiás, as well as addressing the behavior of transaction prices related to it. Finally, this research analyzes the possibility of a national slave market, by comparing the prices of the slave labor in different regions and economic activities.

Keywords: slave economy, economic history, Brazilian economy, slave prices, "Captaincy of Goiás".

Sumário

1. Brasil Colônia	12
2. Economia Goiana	14
2.1 O apogeu do ouro	14
2.2 O século XIX e o fim do ciclo aurífero.....	21
2.2.1 Demografia pós ouro.....	28
3. Os Preços.....	37
3.1 Por gênero	39
3.2 Por idade	46
3.3 Por região e suas comparações.....	51
4. Considerações Finais.....	52

Lista de Tabelas e Ilustrações

Gráfico 1 – Arrecadação dos quintos do ouro em Goiás	18
Tabela 1 – Produção de ouro no Brasil em quilogramas	19
Tabela 2 – Gêneros em Goiás e no Pará.....	25
Gráfico 2 – Habitantes por ano em Goiás	29
Tabela 3 – População do Goiás	30
Tabela 4 – População escravizada considerada em relação a idade	30
Tabela 5 – Relações demográficas da população escravizada em Goiás	31
Tabela 6 – Relações demográficas da população escravizada para comparação	33
Tabela 7 – População escravizada considerada em relação ao sexo, por freguesia no Município de Goyaz	34
Tabela 8 – População livre considerada em relação ao grau de instrução.....	35
Tabela 9 – População escravizada considerada em relação as profissões	36
Gráfico 3 – Histórico da média trienal de preços (Mil Réis)	38
Gráfico 4 – Histórico da média trienal de preços de homens de 15 a 40 anos, 1833 – 1888 (mil réis)	40
Gráfico 5 – Histórico da média trienal de preços de homens de 15 a 40 anos, 1861 - 1888 (mil réis)	42
Gráfico 6 – Histórico da média trienal de preços de mulheres de 15 a 40 anos, 1833 - 1888 (mil réis)	43
Gráfico 7 – Histórico da média trienal de preços de mulheres de 15 a 40 anos, 1861 - 1888 (mil réis)	44
Gráfico 8 – Histórico da média trienal de preços de homens e mulheres de 15 a 40 anos, 1833 - 1888 (mil réis).....	45
Gráfico 9 – Histórico da média trienal de preços de homens e mulheres de 15 a 40 anos, 1861 - 1888 (mil réis).....	46
Gráfico 10 – Histórico da média trienal de preços de crianças de 0 a 14 anos, 1833 - 1888 (mil réis)	48
Gráfico 11 – Histórico da média trienal de preços de idosos (>40 anos), 1833 - 1888 (mil réis)	49
Gráfico 12 – Histórico da média trienal de preços de homens, mulheres, crianças e idosos, 1833 - 1888 (mil réis).....	50
Gráfico 13 – Histórico da média trienal de preços de homens de 15 a 40 anos, 1862 - 1885 (mil réis)	52

1. Brasil Colônia

Desde princípios do século XV, à luz de ideais mercantilistas e metalistas, países como Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Bélgica e Holanda colonizaram territórios americanos, africanos e asiáticos com o intuito de impor suas influências sobre os aspectos políticos, econômicos, religiosos e sociais dessas regiões.¹ Esses países navegaram em busca de especiarias e terras passíveis de dominação, onde enfrentaram as mais diversas formas de resistências dos nativos, que se viram obrigados a lidar com as consequências de ter parte da história moldada por forâneos. Seja como colônias de exploração ou de povoamento, ambos formatos deixaram resultados determinantes para conjuntura socioeconômica atual desses territórios.

O desenvolvimento histórico e econômico do que atualmente é o Brasil possui profunda relação com decisões tomadas por parte da coroa portuguesa, que iniciou o processo de colonização da localidade durante a entrada do século XVI. Fatores econômicos, políticos e sócio culturais como o Tratado de Tordesilhas, o de Madrid em 1750, a implementação da União Ibérica, as inúmeras Cartas Régias e os anseios da coroa influenciaram significativamente o movimento de interiorização da população da colônia, e consequentemente, fomentaram a ocupação e a consolidação de territórios não litorâneos, como a “Capitania de Goyaz”.

“O estudo da economia de Goiás deve, portanto, levar em conta a articulação da mesma, não somente com o sistema luso-brasileiro que a planejou, mas também com o universo europeu da época, pois os conteúdos históricos pertinentes a localidades delimitadas devem ser entendidos num encadeamento global. Até o que parece incongruente pode ter valor e mesmo o que permanece à margem do sistema de produção moderno e pouco além do labor de subsistência é importante. Suas conexões prendem-se a contextos amplos, advindos de perspectivas políticas e socioeconômicas anteriormente existentes e conservam resíduos para ações e análises futuras.”²

Seguindo a linha de raciocínio da exposição de Gilka Salles, faz-se importante mencionar que no início do período colonial, a região que ganhou o nome do primeiro produto que exportou, o pau-brasil, não apresentou o sucesso mineral e territorial das

¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A Construção Original do Território Americano**. São Paulo: Revista USP, 2013, pp. 12-13.

² SALLES, Gilka V. Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, p. 18.

colônias espanholas, como México e Peru, que detinham metais preciosos e uma população ampla e mais facilmente mobilizável para o trabalho.³ Com isso, a coroa portuguesa manteve o desinteresse em povoar a colônia demonstrado desde o início do processo e conservou o foco na exploração, em busca de riquezas minerais nas colônias situadas na região noroeste da África. Entretanto, o fim de um ciclo de crescimento demográfico assolou Portugal, reduzindo significativamente sua população, principalmente, após a eclosão da Peste Negra.⁴ Assim, os portugueses, a partir de suas idas ao noroeste africano deram início a exploração do comércio que compõe o objeto de pesquisa deste trabalho e que retirou mais de 12 milhões de pessoas das suas terras, o comércio de africanos e africanas escravizados.

A marcante expedição de Martim Afonso de Sousa para o território luso-brasileiro e as inúmeras dificuldades em escravizar a mão de obra indígena, pela força física ou por ideais religiosos, alteraram o curso econômico da colônia. Diante de tantas enfermidades que o contato com os colonizadores incorreu e de tantas formas de resistência que a população ameríndia se viu obrigada a desenvolver, em 1570, a coroa portuguesa publicou a primeira lei que proibiu a escravização dos indígenas.⁵

Com o objetivo de integrar a colônia à economia mercantil europeia, a metrópole decidiu realizar doações territoriais, conhecidas como capitanias hereditárias. Essas, transferiram aos donatários a possibilidade de instalarem engenhos de açúcar, moinhos de água, e exercer outras atividades econômicas, como a exploração do pau-brasil, mediante pagamento de tributos.⁶ Com isso, os engenhos de açúcar se desenvolveram e iniciou-se o período conhecido como ciclo do açúcar. Sendo este o segundo produto a ser exportado pela região, seu desenvolvimento se baseou, principalmente, na agricultura de *plantation*, com grandes propriedades que utilizavam a mão de obra escrava.

A consolidação desse tipo de cultivo impulsionou e fortaleceu o comércio de africanos e africanas escravizadas. Entretanto, por conta do aumento da oferta de açúcar produzido nas Antilhas, sua consequente diminuição de preço e aumento de competitividade, a produção açucareira da colônia enfrentou dificuldades no final do

³ BAER, Werner. **A Economia Brasileira**; tradução - Edite Sciulli – 2ª edição. São Paulo: Nobel, 2002, p. 32.

⁴ RODRIGUES, Teresa F. História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade. **Economia e Sociedade**, V 3 N° 1202, 2008, pp. 112 e 113.

⁵ FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 20.

⁶ FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 23-25.

século XVII. Sendo assim, o foco deixa de ser o açúcar e passa a ser o ouro, incorrendo em valorização da economia mineira, profundamente relacionada com o desenvolvimento econômico da região centro-sul do Brasil.⁷

2. Economia Goiana

2.1 O apogeu do ouro

O Tratado de Madrid, assinado em 1750 por autoridades portuguesas e espanholas, redefiniu as áreas das colônias de ambas as coroas e revogou as determinações do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494. Sabe-se que a existência da União Ibérica já tinha feito com que o obstáculo apresentado pela Linha de Tordesilhas não fosse mais um empecilho para colonização do interior da colônia. A metrópole já havia fornecido ordens, baseadas em cartas geográficas⁸, que visavam incentivar a organização de expedições em busca de riquezas naturais, conhecimento geográfico dos sertões e catequização dos silvícolas⁹.

Seja por meio dos bandeirantes, que buscavam conhecer e explorar o território, ou por meio de expedições técnico-científicas, responsáveis por explorar regiões ainda desconhecidas por parte dos colonizadores, a coroa portuguesa demonstrava sua dependência na mão de obra escrava e seus interesses econômicos sobre a colônia. Assim como pode-se perceber no trecho escrito por Celso Furtado.

“O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar. A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra.”¹⁰

Após a descoberta de ouro em Minas Gerais e Cuiabá, no período que compreende o final do século XVII e o início do XVIII, as regiões auríferas tornaram-se mais interessantes para a metrópole no que diz respeito ao povoamento para proteção e

⁷ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 91.

⁸ FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: A Cartografia a Serviço da Diplomacia. **Varia Historia**. Disponível em: (<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434820015>).

⁹ JUNIOR, Mauro Guimarães de Oliveira. **A Participação de Goiás na Defesa da Fronteira Oeste e Norte do Império Atlântico Português de 1750 a 1821**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica. Goiânia, 2011, pp. 25-26.

¹⁰ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 76.

exploração da localidade. Nesse momento, os objetivos deixaram de ser litorâneos e voltaram-se para o interior do território luso-brasileiro. Iniciou-se então o processo caracterizado pelo interesse na obtenção da mão de obra indígena e na busca por riquezas naturais e minerais. Esse movimento de interiorização marcou profundamente a estrutura socioeconômica dos espaços afastados da costa e está intimamente relacionado com o povoamento e o progresso do território goiano.

As descobertas de ouro e outras riquezas minerais nas regiões mencionadas levaram os bandeirantes a acreditar na possibilidade de encontra-los também na região que foi chamada de Sertão do Paraupava, Sertão do Guaiás, Minas dos Goiaes, Distrito dos Goiás, Capitania de Goiás e atualmente é chamada, simplesmente, de Goiás. Sendo assim, em 1722, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva saiu da capitania de São Paulo acompanhado de mais de 450 pessoas, em busca de ouro e o encontraram nas cercanias do Rio Vermelho. Somente após um triênio, a bandeira voltou a São Paulo para transmitir a notícia para os e as paulistas. Para mais, outra vez organizaram-se expedições saindo de São Paulo para iniciar e consolidar a ocupação dos espaços aptos para a mineração.¹¹

Para além dos registros de expedições, catequizadoras, escravizadoras e interessadas nas riquezas materiais do interior do Brasil, existem incontáveis registros de povoados indígenas e de pinturas rupestres na região de Serranópolis, que indicam a bagagem sociológica e antropológica do Goiás.¹² Porém, ao tratar de bandeiras e das primeiras visitas desses grupos ao sertão goiano, sabe-se que entre 1590 e 1593, Antônio Macêdo e Domingos Luis Grau chegaram à região leste do Tocantins como a primeira bandeira da qual se tem conhecimento. Depois disso, várias outras manifestaram interesse na região e, principalmente, no ouro da região. Por esse motivo, Bartolomeu Bueno, mencionado anteriormente, foi ao sertão goiano mais de uma vez durante o século XVIII e esteve relacionado com a fundação de regiões como o Arraial de Ouro Fino, o Arraial da Barra e o Arraial de Sant'Anna, que tornou-se Vila Boa, capital da futura capitania de Goiás. Em 1731, após descobrir jazidas de ouro na região dos Pirineus, foi a vez de Manoel Rodrigues Tomás fundar o Arraial de Meia Ponte, considerado o segundo centro mais importante da capitania.

¹¹ PALACÍN, L. & MORAES, Maria Augusta de S. **Pelos caminhos do desenvolvimento de Goiás** - 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2008, p. 20.

¹² NOGUEIRA, Ricardo A. Silva. **A Construção do Patrimônio Arqueológico em Serranópolis**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica. Goiânia, 2013, p. 63.

Diante desse movimento, iniciado no primeiro quarto do século XVIII, a quantidade de centros mineradores aumentou significativamente, assim como a população. Portanto, por meio do Alvará de 8 de novembro de 1744, a Capitania de Goiás foi criada, tendo como limites a capitania do Pará, do Maranhão, do Piauí, de Pernambuco, de Minas Gerais, de São Paulo e do Mato Grosso.¹³ Quanto a sua produção aurífera, pode-se dividir em três diferentes fases a exploração mineradora na Capitania:

- a. Fase errática e premiada da garimpagem de cascalho nos córregos;
- b. Fase de desmonte dos tabuleiros ribeirinhos e das grupiaras;
- c. Fase de mineração de morro, a talho da montanha ou sob a forma de túnel.

Os mais relevantes núcleos de povoamento como Pilar, Santa Cruz, Meia Ponte e Cavalcante passaram por todas essas fases durante o crescimento da mineração. Outros núcleos não conseguiram alcançar a soma ótima de investimento, nem a quantidade de mão de obra necessária para ingressar na mineração de morro, mesmo que a população de escravizados e escravizadas tenha duplicado durante o período de 1735 até 1738.¹⁴ Portanto, diante de diferentes fases e formatos, sabe-se que a exploração predominante na província goiana foi a de garimpagem e de cascalho nos córregos, por ter menores custos de implementação, diferentemente de Minas Gerais, onde a mineração “de morro” foi predominante.¹⁵

Quanto a população e suas forças produtivas, que foram determinantes para o desenvolvimento da extração do ouro, sabe-se que o trabalho escravo, tanto de indígenas como de africanos, foi essencial para aumento da produtividade e avanço econômico da região goiana.

“A economia goiana no período colonial fundamentou-se, como se sabe, no trabalho escravo, presente no desbravamento e cultivo do solo. Constituiu ele o nervo das prospecções, da extração aurífera e da formação das primeiras lavouras. Foi utilizado, ainda, nos serviços domésticos, no artesanato de consumo local, como a tecelagem de algodão, a cerâmica, a destilaria de aguardente, nas fábricas de açúcar e no transporte. Ao branco cabiam a direção

¹³ FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Goiânia, 1986, pp. 22 e 23.

¹⁴ BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978, pp. 29, 30 e 31.

¹⁵ PALACÍN, L. & MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994, p. 20.

das empresas e dos negócios, e as funções administrativas. Pouco frequentemente os serviços mecânicos e lavourista.”¹⁶

Diante do trecho apresentado por Gilka Salles em uma de suas obras e do fato de que a distribuição da mão de obra escravizada acompanhava as descobertas auríferas e os interesses dos bandeirantes, houve alta mobilidade da população goiana, com exceção das lavras do Rio Vermelho, que passaram por inúmeras descobertas. À vista disso e de limitações da época, os dados populacionais para esse período divergem a depender da fonte utilizada. Portanto, uma das primeiras fontes mais precisas foram os mapas de capitação de 1736, que indicaram o registro de mais de 10 mil adultos escravizados na região em pouco mais de dez anos do início da mineração. Nesse intervalo, instalaram-se em Goiás aproximadamente 20 mil pessoas, entre as livres e escravizadas.¹⁷ Já próximo do apogeu do ouro, em 1749, viviam 17.154 cativos na região. Valor parecido ao quantitativo indicado no período de decadência relativa da mineração, pois em 1783, havia 17.613 escravizados e escravizadas. Contudo, as esperanças dessa atividade econômica não enfraqueceram rapidamente, visto que mesmo com a diminuição significativa na arrecadação do quinto do ouro – como será mostrado adiante – a quantidade de cativos aumenta em 1804 e em 1808, ano da transferência da corte portuguesa para o Brasil, tinha cerca de 19.185 cativos em Goiás.¹⁸

Ciente da expressividade e relevância do contrabando, tem-se na sequência uma tentativa de mostrar, graficamente, o declínio da mineração em Goiás por meio dos dados de arrecadação do quinto do ouro – imposto cobrado pela metrópole sobre o ouro de suas colônias – por parte da coroa portuguesa de 1753 até 1822.

¹⁶ SALLES, Gilka V. Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, p. 216.

¹⁷ PALACÍN, L. & MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994, pp. 30 e 31.

¹⁸ SALLES, Gilka V. Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, pp. 234, 235 e 236.

Gráfico 1 – Arrecadação dos quintos do ouro em Goiás



Fonte: SALLES, Gilka V. Ferreira de. *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFMG, 1992, p. 187 e 188. Anexo 02 – Rendimento dos Quintos do Ouro.

Frente ao surgimento, apogeu e decréscimo da economia aurífera, há algumas razões para esse desfecho e a primeira delas é a distância. A concentração espacial das lavras em Minas Gerais fazia com que o retorno por economias de aglomeração fosse significativamente maior do que no Goiás, que as tinha de forma dispersa em seu território. Além disso, a proximidade de Minas com grandes núcleos políticos do Brasil setecentista também foi de extrema relevância para o sucesso econômico duradouro da mineração na região. Entretanto, mesmo diante dessas adversidades, segundo Roberto Simonsen, “a produção do ouro brasileiro de 1700 até 1770 atingiu 50% do que se produziu no mundo inteiro durante os anteriores 300 anos e coube a Goiás aproximadamente 15% desse valor. Sendo que, ainda em 1935, o ouro goiano representaria por volta de 1% dos estoques mundiais totais.”¹⁹

Além das considerações de Roberto Simonsen, Virgílio Noya Pinto explorou dados que o levaram a estimativas de cálculo da produção de ouro no Brasil durante o século XVIII. Para o estudo, no início do século existiam regiões em que a mineração não possuía expressividade, como São Paulo, Curitiba e Paranaguá. Outras, como Minas Gerais, Cuiabá e Bahia, alcançaram notável desenvolvimento durante o período, seguida

¹⁹ BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978, pp. 37 a 39.

por Goiás. Diante da falta de elementos quantitativos, o autor considerou apenas Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso para mensurar a produção de ouro no período que representa o apogeu e a decadência da mineração nas regiões, como indicado por meio da tabela abaixo.

Tabela 1 – Produção de ouro no Brasil em quilogramas

Anos	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Total	Média Anual
1700 - 1705	1.470	-	-	1.470	1.470
1706 - 1710	4.410	-	-	4.410	4.410
1711 - 1715	6.500	-	-	6.500	6.500
1716 - 1720	6.500	-	-	6.500	6.500
1721 - 1725	7.000	-	600	7.600	3.800
1726 - 1729	7.500	-	1.000	8.500	4.250
1730 - 1734	7.500	1.000	500	9.000	3.000
1735 - 1739	10.637	2.000	1.500	14.137	4.712
1740 - 1744	10.047	3.000	1.100	14.147	4.716
1745 - 1749	9.712	4.000	1.100	14.812	4.937
1750 - 1754	8.780	5.880	1.100	15.760	5.253
1755 - 1759	8.016	3.500	1.100	12.616	4.205
1760 - 1764	7.399	2.500	600	10.499	3.500
1765 - 1769	6.659	2.500	600	9.759	3.253
1770 - 1774	6.179	2.000	600	8.779	2.926
1775 - 1779	5.518	2.000	600	8.118	2.706
1780 - 1784	4.884	1.000	400	6.284	2.095
1785 - 1789	3.511	1.000	400	4.911	1.637
1790 - 1794	3.360	750	400	4.510	1.503
1795 - 1799	3.249	750	400	4.399	1.466
Total	128.831	31.880	12.000	172.711	72.840

Fonte: PINTO, Virgílio N. O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 114.

Percebe-se que os anos de maior produção aurífera diferem entre as localidades, sendo o quinquênio de 1735 a 1739 o apogeu em Minas Gerais e no Mato Grosso, já em Goiás o intervalo mais produtivo foi o quinquênio de 1750 a 1754, período do ápice aurífero goiano. Nesse mesmo período, as três regiões somaram o maior quantitativo produzido em todo intervalo de tempo analisado, atingindo um total superior a 15 toneladas de ouro.

Os números apresentados por Virgílio aproximam-se da análise realizada por Pandiá Calógeras para o século XVIII. Faz-se importante mencionar que o autor não considera os valores da Bahia, assim como Calógeras. Faz-se importante mencionar que

estudos apontam a incidência das maiores aportagens de ouro em Lisboa justamente no período de maior produção das minas baianas. Sendo assim, com essas pesquisas, os descaminhos e os contrabandos conhecidos, pode-se inferir que a produção aurífera brasileira está acima dos cálculos baseados no que está documentado.²⁰

Assim como em Mato Grosso, o desenvolvimento rápido da mineração fez a província goiana demonstrar sua opulência em menos de meio século e, aproximadamente, trinta anos após esse apogeu a queda significativa na produção. A significativa queda do imposto chamado de “quinto” deu sinais do início da decadência do período mineiro, conseqüentemente, do comércio de Goiás. Com isso, os habitantes da região passaram a viver em uma realidade decadente, retratada por relatos de viajantes estrangeiros.²¹

Sabendo disso, considera-se que o ouro determinou o progresso econômico e social no século XVIII, segundo os padrões mercantilistas e metalistas europeus da época. Assim como grande parte dos produtos “exportados” por parte da colônia, o metal ascendeu rapidamente, passou por um apogeu e seu declínio ocorreu antes de completar um século inteiro como foco principal dos colonizadores.²² Nota-se dessa forma que, assim como a economia açucareira exerceu grande influência no desenvolvimento da pecuária no nordeste, foi o fortalecimento da economia mineira que fomentou a criação de gado na região centro-sul do país.²³

Por fim, faz-se importante mencionar a perda de prestígio que a metrópole enfrentou durante o período. Isso fez com que o Reino de Portugal iniciasse o século firmando acordos comerciais com a Inglaterra e aumentando significativamente os impostos sobre o ouro e diamantes obtidos no Brasil. Com isso, Dom João V teve como viver de forma luxuosa e fez com que ideais revolucionários estivessem cada vez mais presentes na colônia. A insatisfação popular aumentou e fez-se presente em movimentos como a Conspiração Mineira. Diante de todos os aspectos mencionados, evidencia-se a

²⁰ CALÓGERAS, Pandiá. **As Minas do Brasil e Sua Legislação**. (3 vols.) São Paulo: Ed. Nacional, 1938 (Coleção Brasileira).

²¹ PINTO, Virgílio N. **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 111.

²² SALLES, Gilka V. Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, p. 13.

²³ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 99.

relevância do ouro para a consolidação territorial, para o fomento e financiamento de outras atividades econômicas relevantes para o país.

2.2 O século XIX e o fim do ciclo aurífero

A importância da colônia para metrópole torna-se ainda maior durante o período oitocentista. No início do século, a maioria dos países localizados no continente europeu buscavam equilibrar suas economias de forma interna e externa, principalmente sob a luz das perspectivas apresentadas acerca da teoria quantitativa da moeda por David Hume, em 1752, por Henry Thorton, em 1802 e por David Ricardo, em 1817. O bimetalismo, que predominava em alguns países europeus perdeu lugar para o padrão ouro, plenamente implementado por parte da Grã Bretanha, em 1821.²⁴ Diante desse denominador comum para as moedas internacionais, as trocas comerciais ganharam força e os movimentos de capital estrangeiro se fizeram cada vez mais presentes.

A consolidação do capitalismo, atrelado a crescente busca por lucros e territórios fomentou significativamente o imperialismo europeu, que possui estreita relação com o contexto luso-brasileiro no século XIX. Após os avanços do imperialismo napoleônico, o Reino de Portugal se viu obrigado a recuar. Diante disso, a corte portuguesa decidiu transferir-se para a colônia e com isso surgiram necessidades diversas para levar a administração central para o Brasil. Por precisar de ajuda da Inglaterra, o poderio inglês sobre a economia portuguesa e sua colônia aumentou significativamente e Portugal firmou o Decreto de Abertura dos Portos, em 1808, que retirou a exclusividade comercial portuguesa com a colônia. Evidenciou-se assim a redução significativa da autoridade e do poderio financeiro português.

Nesse contexto surgiram as expedições científicas caracterizadas como “missões civilizatórias”, que foram autorizadas e incentivadas pela corte portuguesa para promover estudos que revelassem as riquezas e algumas das potencialidades da terra que possuíam. Portanto, inúmeros viajantes estrangeiros chegam ao Brasil para atravessar regiões e documentar seus aspectos, fomentando a descoberta, a catalogação da fauna e flora para

²⁴ MARCONDES, Renato Leite. Padrão-Ouro e Estabilidade. *Est. Econ.*, São Paulo, V. 28, N. 3, p. 536, Julho-Setembro, 1998.

estudos científicos, o enriquecimento das coleções dos museus europeus e, principalmente, para facilitar a exploração dos recursos naturais documentados.²⁵

Dentre as tantas observações do território brasileiro, as expedições de caráter exploratório realizadas por naturalistas, geógrafos, militares e outros estrangeiros durante o período oitocentista relatam, mesmo que do ponto de vista forasteiro, aspectos paisagísticos, econômicos e sociais de algumas regiões. O somatório dessas observações, ainda que carregado de estereótipos de outros padrões de civilização, representa aspectos socioculturais do interior do país e faz-se importante para a exposição do cenário econômico interiorano no período.²⁶

A viagem que o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire fez ao Brasil, mais precisamente ao Goiás, se iniciou em 27 de maio e foi até 5 de setembro de 1819. Sendo esse um período de seca na região, o viajante descreve o clima, entre outros aspectos, por possuir uma névoa seca e um céu com azul intenso. Quando passou pelo arraial de Santa Cruz, o europeu retratou as dificuldades passadas depois de intensa exploração aurífera ocorrida no local, onde viveram aventureiros e negros escravos em função da garimpagem. Sendo assim, ele indica que este “teve a sua época de esplendor, mas acabou por ter a mesma sorte de todas as povoações fundadas por escravos. O ouro esgotou-se, os escravos morreram [...] e veio a decadência.”. Ademais, apresentou que o “arraial é tão pobre que nele não se encontra uma única loja e nas poucas miseráveis vendas só há praticamente cachaça”. Por fim, o viajante pareceu bastante desanimado ao afirmar “Os agricultores das redondezas não tem mercado para os seus produtos. Pagam o dízimo de acordo com a extensão de suas lavouras e plantam apenas o suficiente para o sustento da família e a aquisição, por meio de trocas, de sal e ferro. Quase nada mandam para o arraial, havendo ali uma escassez quase total de gêneros de primeira necessidade.”²⁷

Evidencia-se diante das passagens o momento econômico que vivia a província, que enfrentou um estado de decadência, de forma mais evidente, de 1776 até a primeira

²⁵ LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento Alimentar em Goiás na Primeira Metade do Século XIX**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012, p. 18.

²⁶ TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O Sertão de Goiás na Literatura de Viagem. **Revista Mosaico**, Tocantins, V. 6, N. 1, Jan./Jul., 2013, p. 95.

²⁷ MARTINS, Fátima de Macedo. **Saint-Hilaire em Goiás: Viagem, Ciência e Missão Civilizatória**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2017, p. 143.

metade do século XIX. Mesmo com a fertilidade do solo, a crítica situação afetou os mais diversos setores econômicos e representou um contratempo para a reativação do seu dinamismo econômico.²⁸

Por conta da falta de eficiência das técnicas utilizadas para explorar as jazidas, devido à falta de capital e ao mau desempenho das autoridades administrativas, o rendimento da mão de obra escravizada tinha caído de uma oitava e meia por semana, entre 1736 e 1751, para meia oitava por semana, no período entre 1778 e 1822. Somado a isso e a dificuldade de percorrer longas distâncias para comercializar produtos, o cultivo do solo foi deixado de lado e as mercadorias de gênero alimentício encareceram significativamente no período. Após o declínio da mineração, o governo local ainda teve que enviar remessas de ouro ao Mato Grosso, por problemas de segurança em fronteiras com as colônias espanholas. Portanto, no princípio do século XIX, a situação econômica da capitania era alarmante e os centros mineradores foram desaparecendo, obrigando os mineradores a abandonar a capitania ou se dedicarem a atividade considerada desprezível na época, a agropecuária.²⁹

Mesmo com o fim do ciclo aurífero, não era interesse das classes abastadas acabar com a escravidão, pois o gasto mais expressivo era feito na aquisição dos africanos e africanas escravizados. Assim, o cenário econômico da capitania induziu os donos de escravos a realizarem prática agropecuária de forma contínua em suas propriedades, com o auxílio, claro, da mão de obra escravizada.³⁰ Passado o apogeu do açúcar, do ouro e do algodão, as transferências de renda da colônia para a metrópole, por meio das altas alíquotas fiscais cobradas, levaram ao desenvolvimento, ainda que de forma incipiente, da pecuária e dos gêneros agrícolas de primeira necessidade cultivados dantes. Sendo assim, diante da falta de renda ocasionada principalmente por conta dos privilégios aduaneiros concedidos a Inglaterra, a coroa portuguesa e a classe de senhores da grande agricultura se agitaram em busca de alguma solução. Nesse momento, o café surge como alternativa de produto a ser exportado e gerador de riqueza.³¹

²⁸ FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Goiânia, 1986, p. 39.

²⁹ FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Goiânia, 1986, pp. 27 a 34.

³⁰ BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978, p. 58.

³¹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 144-147.

Em Goiás, a agricultura e a criação de gado foram as principais responsáveis por reerguer a economia do território e povoá-lo, mesmo que de forma heterogênea e com poucos centros urbanos expressivos. Em contradição ao avanço significativo da atividade econômica por meio do desenvolvimento da agropecuária, as regiões povoadas durante o ciclo do ouro seguiam com pouquíssimos habitantes e o Rio Araguaia não conseguia cumprir a função de conectar a capitania com centros urbanos demandantes dessa produção. Algumas áreas, como a centro-sul do estado se desenvolveram depois do expressivo aumento migratório de mineiros e paulistas. Já os nordestinos, que possuíam conhecimentos prévios da agropecuária, povoaram a região norte e nordeste da capitania com suas técnicas. Frente à dificuldade de comunicação inter-regional e à falta de centros urbanos, tem-se a seguinte passagem.

“O botânico francês Saint Hilaire informa que o comércio entre os arraiais e vilas era responsável por parte dos suprimentos alimentícios, sendo o milho o principal produto comercializado. As condições climáticas, entretanto, prejudicavam sobremaneira o contato entre as localidades, pois no período das chuvas muitas estradas ficavam intransitáveis e deixavam os tropeiros à mercê das estações. Mas o viajante não poupa críticas à administração, que não providencia a manutenção adequada de estradas e pontes, fundamentais à comunicação local e interprovincial. Nesse período, o comércio realizado pelas tropas era muitas vezes o único elo de comunicação e possibilidade de abastecimento para muitas localidades, pois os tropeiros estabeleciam contato comercial entre as vilas e arraiais e com o mundo exterior.”³²

O Governo Imperial limitou o escoamento do ouro ao caminho das bandeiras paulistas, conforme Carta Régia de 10 de janeiro de 1730, e em seguida proibiu a navegação em um rio já navegado com frequência desde o século XVII, o Tocantins. Com isso, as transações como a exportação do ouro e a importação de produtos ocorriam mediante rigoroso controle e fiscalização das rotas delimitadas. A liberação de caminhos fluviais que ligassem ao norte do país se deu somente a partir de 1782, com a desilusão frente as minas auríferas, que levou a coroa portuguesa a pensar no transporte de outros gêneros comerciáveis. Somente em 1805, Dom Francisco de Assis Mascarenhas, Capitão

³² LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento Alimentar em Goiás na Primeira Metade do Século XIX**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012, p. 47.

General de Goiás, buscou maior diálogo com Dom Marcos de Noronha, Capitão General do Grão Pará, para fomentar o comércio regular realizado por meios fluviais.³³

Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e o Pará eram as cinco regiões que possuíam maior volume de comércio externo no período de 1796 a 1807, importando 34,2%, 26,4%, 22,7%, 11,7% e 4,2%, respectivamente, do total importado pelo país na época. Além disso, exportavam 38,1%, 27,1%, 21%, 8,7% e 4,6%, na devida ordem, do total exportado pelo Brasil nos nove anos mencionados. Portanto, diante da necessidade de encontrar uma saída para a crise econômica por meio de ligações com portos marítimos e elevação das trocas comerciais, o Pará foi a melhor opção encontrada diante do Rio de Janeiro, da Bahia e de Santos por ter a possibilidade de conexão aquática por meio dos rios Araguaia e Tocantins. Além disso, outro grande motivador desse comércio foi a diferença significativa nos preços dos produtos entre as regiões, como indicado na tabela abaixo.³⁴

Tabela 2 – Gêneros em Goiás e no Pará

Produtos	Goiás		Pará	
	Preço (réis)	Medida	Preço (réis)	Medida
Algodão em Rama	2400	Arroba	5000	Arroba
Algodão em Tecido	150	Vara	240	Vara
Açúcar	1800	Arroba	3200	Arroba
Aguardente	1800	Barril	6000	Barril
Rapadura	75	-	320	-
Café	1800	Arroba	3600	Arroba
Toucinho	1800	Arroba	3600	Arroba
Carne Seca	2000	1 boi	1600	Arroba
Sola	600	Meio	1600	Meio
Couro de Veado	450	-	900	-
Fumo	1500	Rolo	4000	Vala
Feijão	800	Alqueire	4000	Alqueire

Fonte: FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Goiânia, 1986, p. 48.

³³ SALLES, Gilka V. Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, pp. 102 a 108.

³⁴ FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Goiânia, 1986, pp. 40 a 48.

Contudo, a ligação fluvial com o Pará somente se fortificou a partir da implantação da navegação a vapor naquela região, mas faltava o mais importante para os presidentes da província conseguirem lograr estímulos para essa relação comercial, o capital. Esse mesmo item foi o motivo que impossibilitou os governadores da região de realizarem melhorias nas estradas que conectavam a província aos mercados realmente compensadores.

Em resumo, diante da falta de uma atividade econômica que assegurasse o enriquecimento da capitania, visto que nem a agricultura nem a pecuária foram capazes de trazer melhorias substanciais para a região, os principais obstáculos enfrentados por parte dos governantes e habitantes dali podem ser resumidos em:

- a. Obstáculos naturais como corredeiras e cachoeiras no Rio Araguaia e no Tocantins somados a precariedade das estradas que ligavam as vilas aos portos de embarque, que ficavam intransitáveis no melhor período para navegação, o de chuva, e dificultava substancialmente a circulação de mercadorias.
- b. A ausência de moradores ao longo dos rios que pudessem socorrer os barcos em casos imprevistos.
- c. Pouco interesse do governo paraense em incentivar o comércio com Goiás e dos comerciantes em se ajustarem para as transações fluviais e para o trabalho agrícola.
- d. A omissão das autoridades governamentais, que utilizavam a justificativa de falta de recursos financeiros para não lograr mudanças e cobrar os impostos, chamados de dízimos, de maneira irregular e ultrajante.
- e. A ineficiência das técnicas de preparo do solo para o plantio e de criação de gados.³⁵

Frente a tamanha precariedade, decisões governamentais buscaram incentivar o surgimento de novas áreas agropastoris por meio da migração de paulistas e mineiros para o sul e sudeste, impulsionados também pela expansão da fronteira agrícola goiana. Conclui-se que mesmo tendo uma relevância fundamental para as exportações da capitania, a agropecuária do Goiás apresentou-se limitada até meados do século XIX. A partir desse período, a base atual da economia regional passou a se consolidar, sendo a

³⁵ FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Goiânia, 1986, pp. 71 a 79.

agricultura e, sobretudo, a pecuária, as atividades fundantes e determinantes para o desenvolvimento da estrutura socioeconômica do Estado na atualidade.

O formato colonizador português mostrou-se quando deixou de lado as partes, evidentemente, fundamentais para a ascensão da província, como os caminhos fluviais, e destacou a centralização, o controle e as restrições impostas as áreas mineradoras, impossibilitando assim a superação da crise que abalava o território goiano. Por outro lado, frente a revolução trazida por invenções como o navio a vapor e a estrada de ferro durante o século XIX, o governo tentou integrar as regiões, impulsionar as exportações e atrair capital estrangeiro por meio da construção da primeira ferrovia brasileira em 1854. Significativamente distante da costa, a província precisaria de grandes investimentos que permitissem o desenvolvimento comercial da região com diferentes espaços de consumo. Contudo, somente na primeira década do século XX, os primeiros trilhos ferroviários foram construídos em terras da província. Sendo esse, um elemento fundante para a modernização em Goiás.³⁶

As redes de transportes eram importantes meios para a conexão interna e externa de Goiás, sendo a principal delas a fluvial. Dada a quantidade de rios existentes na região, os donos de terras concedidas ou simplesmente ocupadas puderam tirar proveito disso para desenvolver sua atividade econômica. Entretanto, a maior dependência da província advinha da importação de escravos, “bens de capital” essenciais para a expansão econômica. Portanto, mesmo diante dos movimentos abolicionistas ingleses e da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, a mão de obra escravizada demonstrou ser, ainda, condição de sobrevivência para os donos de grandes terras. Tem-se ainda a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei do Sexagenário, em 1885.

Já no fim do século, diante das pressões internacionais, dos ideais libertários, da pressão abolicionista nacional e da luta por reforma agrária, em 1888, o Senado do Império do Brasil aprova a Lei Áurea, sob a aprovação da Princesa Isabel. A quantidade de mão de obra escravizada em Goiás passou de 20.000 em 1808 para 10.000 em 1872, 15 anos antes da aprovação da lei.³⁷ Contudo, todos esses movimentos que conquistaram a abolição, não foram capazes de impedir ou amenizar a marginalização posterior

³⁶ CASTILHO, Denis. Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 2012.

³⁷ BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978, p. 66.

enfrentada por parte dos ex-escravizados, em sua maioria negros e negras, bem como de seus descendentes.

2.2.1 Demografia pós ouro

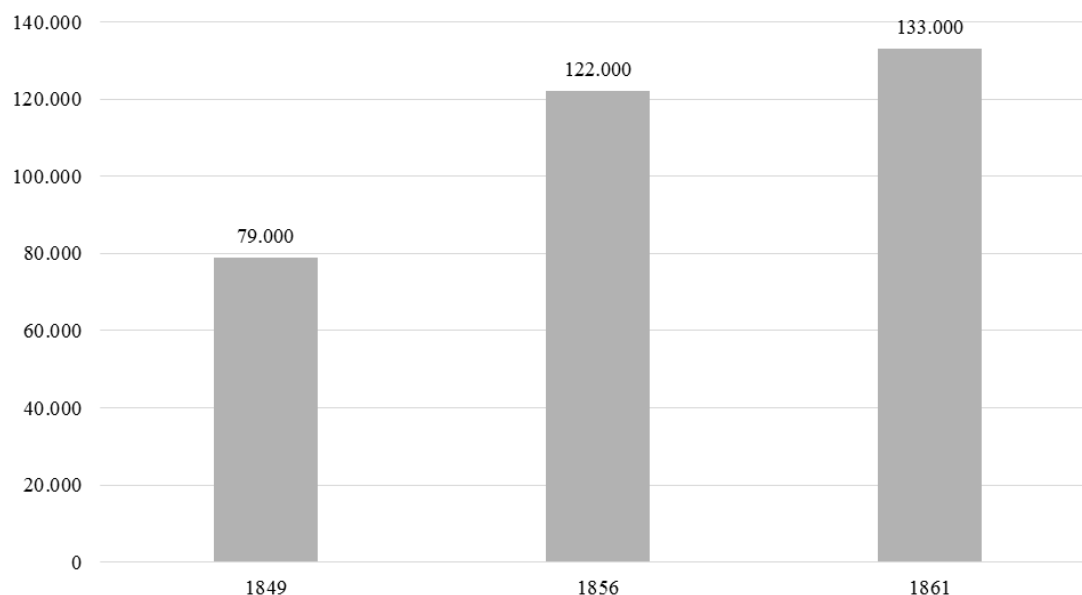
Intitulado de “Recenseamento da População do Império do Brasil”, o primeiro estudo demográfico realizado durante o período do Império e o primeiro da história do país, revelou inéditas informações acerca da população. Mesmo com mais de cinquenta anos de independência, as autoridades que viviam no Brasil ainda não possuíam uma análise significativa de seus habitantes. Por isso, Dom Pedro II concretizou anseios de aplicar a pesquisa para conhecer e mostrar como estava dividida a população do país no ano de 1872. Como pretendia servir de base para a execução da Lei do Ventre Livre, o único Censo que abordou a idade, estado civil e outras características da população escravizada, deveria gerar informações passíveis de comparação posterior.³⁸ Por isso, faz-se importante analisar os dados que representam o país em um período histórico importante. Além da divisão populacional entre cidadãos livres e escravos, a pesquisa mostrou o território dividido em 20 províncias e um município neutro, sendo “Goyaz” uma das províncias naquele momento.

Anteriormente ao recenseamento mencionado tem-se que o conde de Palmas tinha realizado um levantamento estatístico da capitania e estavam registrados mais de 50.000 habitantes, sendo 20.000 deles mão de obra escravizada. Ou seja, ao menos 12 em cada 53 pessoas que viviam no Goiás durante 1804, ano que o conde mandou fazer a pesquisa, não eram livres. Já quanto a população em geral, essa seguiu aumentando com o passar da crise econômica e com maior consolidação da pecuária como atividade econômica regional. O gráfico de barras abaixo indica o quantitativo populacional de 1849 até 1861, dado anterior ao obtido por parte do primeiro recenseamento realizado no Brasil.³⁹

³⁸ CAMARGO, Alexandre de P. R. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 3, set.-dez. 2009, p. 366.

³⁹ PALACÍN, L. & MORAES, M. A. de S. **História de Goiás (1722 – 1972)**. Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 64 e 65.

Gráfico 2 – Habitantes por ano em Goiás



Fonte: PALACÍN, L. & MORAES, M. A. de S. História de Goiás (1722 – 1972). Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 65.

Evidencia-se, por meio do exposto, o significativo aumento na quantidade de habitantes no período analisado, visto que a população cresceu, aproximadamente, 70% durante os 12 anos analisados. Tabulado por parte da Diretoria Geral de Estatística, o primeiro estudo formal acerca da população de todo o território nacional do Império do Brasil subdividiu as informações e foi além de um simples quantitativo demográfico, indicando peculiaridades fundantes da estrutura social brasileira como “gráo de instrução”, nacionalidade e raça dos habitantes da época. De acordo com o estudo, a província mais populosa da época era “Minas-Geraes” com, aproximadamente, 2 milhões de pessoas. Já “Goyaz” detinha o 6º menor montante de habitantes, com pouco mais de 160 mil pessoas, sendo que cerca de 7%, ou 10.652 delas sobreviviam como escravas. Em comparação com os valores apresentados (PALACÍN & MORAES, 1994), a quantidade de habitantes aumentou substancialmente de 1804 a 1872, sendo esse um forte indicativo de recuperação das atividades econômicas na região. A tabela abaixo apresenta as quantidades de habitantes para os anos em questão, as variações de um ano a outro e o crescimento médio anual geométrico do ano em questão frente ao valor de 1804.

Tabela 3 – População do Goiás

Ano	Habitantes	Variação	Variação Anual (1804)
1804	50.000		
1849	79.000	58%	1,0%
1856	122.000	54%	6,4%
1861	133.000	9%	1,7%
1872	160.395	21%	1,7%

Fontes: PALACÍN, L. & MORAES, M. A. de S. História de Goiás (1722 – 1972). Goiânia: Ed. da UCG, 1994, p. 65 e IBGE – Recenseamento Geral do Brazil, 1872, p.131.

Outro dado relevante para a análise demográfica é a idade dessa população que foi escravizada e comercializada como mercadoria, visto que esse dado foi determinante para a precificação de cada indivíduo. Sendo assim, faz-se importante mencionar que a faixa etária de 16 a 20 anos compreende a maior parcela de escravizados pretos e pardos e faixa etária de 6 a 10 anos é a que possui maior quantidade de escravizadas naquele momento. A tabela abaixo apresenta informações acerca da idade dos escravos e escravas para toda a província de Goyaz.

Tabela 4 – População escravizada considerada em relação a idade

	Escravos			Escravas			Total		
	Pardos	Pretos	% do Total	Pardas	Pretas	% do Total	Pardos	Pretos	Total
0 - 1 ano	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0
1 ano	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0
2 anos	18	25	0,4%	25	32	0,5%	43	57	100
3 anos	100	129	2,2%	95	131	2,1%	195	260	455
4 anos	63	93	1,5%	55	94	1,4%	118	187	305
5 anos	65	142	1,9%	89	129	2,1%	154	271	425
6 a 10 anos	292	388	6,4%	294	397	6,5%	586	785	1371
11 a 15 anos	232	380	5,8%	277	352	5,9%	509	732	1241
16 a 20 anos	376	418	7,5%	248	401	6,1%	624	819	1443
21 a 25 anos	241	406	6,1%	236	390	5,9%	477	796	1273
26 a 30 anos	231	349	5,5%	227	396	5,9%	458	745	1203
31 a 40 anos	229	325	5,2%	289	338	5,9%	518	663	1181
41 a 50 anos	139	248	3,6%	134	248	3,6%	273	496	769
51 a 60 anos	67	150	2,0%	76	141	2,0%	143	291	434
61 a 70 anos	44	94	1,3%	42	60	1,0%	86	154	240
71 a 80 anos	21	40	0,6%	16	35	0,5%	37	75	112
81 a 90 anos	6	22	0,3%	12	13	0,2%	18	35	53
91 a 100 anos	6	13	0,2%	4	3	0,1%	10	16	26
Total	2130	3222	50,3%	2119	3160	49,7%	4249	6382	10631

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Brazil, 1872, p. 134.

Diante dos dados apresentados, faz-se de extrema relevância analisar se o crescimento demográfico ocorria ou não nessa população escravizada, visto que, ao considerar todo território nacional, as taxas de mortalidade tendiam a serem superiores às

de natalidade. Com isso, mesmo frente a provável diminuição da mão de obra escravizada, ainda existiam regiões específicas que possuíam relação mais equilibrada entre os gêneros e que não tinham relação direta com a atividade exportadora, que apresentaram crescimento demográfico positivo. Para obter essa conclusão, frequentemente são mencionadas as seguintes relações que indicam a existência ou não de aumento populacional.

- a) Proporção de crianças na população total.
- b) A proporção de mulheres em idade fértil (15 a 45 ou 15 a 49 anos) na população feminina.
- c) O número de crianças em certa faixa etária (0 a 4 ou 0 a 9 anos) como proporção do número de mulheres em idade fértil.⁴⁰

Portanto, ao calcular as relações descritas acima com os valores da população escravizada da província, tem-se os resultados apresentados na tabela abaixo.

Tabela 5 – Relações demográficas da população escravizada em Goiás

Indicadores	Valores
Crianças de 0-15 anos na população	36,7%
Mulheres de 16-50 anos na população feminina	55,1%
Taxa de Fecundidade*	914
Razão de Masculinidade**	101
* Medida indireta: número de crianças de 0 a 10 anos por 1000 mulheres de 16 a 50 anos (aproximado).	
** Número de homens dividido por 100 mulheres (aproximado).	

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Brazil, 1872, p. 134.

Sabendo da existência de estudos demográficos que apontam a possibilidade de assumir uma medida indireta para inferir a taxa de fecundidade, fez-se relevante realizar tal análise por meio dos dados disponíveis no Recenseamento Geral do Brazil de 1872. Entretanto, importa mencionar que os dados não seguem o padrão de idades adotadas usualmente, de 15 a 49 anos para mulheres em idade fértil e de 0 a 9 anos para quantidade de crianças, mas são semelhantes, visto que foi adotado o de 16 a 50 anos para mulheres em idade fértil e de 0 a 15 anos para o quantitativo de crianças. Faz-se importante mencionar que a razão de adotar o intervalo de idade mencionado para as crianças é

⁴⁰ VERSIANI, Flávio & NOGUERÓL, Luiz Paulo (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS, Brasília: Editora UNB, 2016, pp. 223 a 227.

manter valores passíveis de comparação, feitas posteriormente. Além disso, importa mencionar que o estudo foi feito com os dados presentes no recenseamento, tendo como resultados os totais apresentados na tabela acima. Como mencionado, por serem intervalos semelhantes aos adotados na literatura, pode-se comparar as quantias, principalmente, a taxa de fecundidade obtida para inferir possíveis conclusões.

Diante de motivos como alta mortalidade infantil e baixa taxa de natalidade, motivada, principalmente, por conta do desequilíbrio demográfico de gênero, existem poucas evidências de crescimento positivo da população escravizada em solo brasileiro. Mesmo que, aproximadamente, dois terços dos cerca de 4,9 milhões de escravizados desembarcados no Brasil, do século XVI ao XIX, fossem do sexo masculino, existem indícios de crescimento da população escravizada em certas regiões. Normalmente em locais com atividade econômica não orientada às exportações, havia maior equilíbrio na relação chamada de “razão de masculinidade” anteriormente.⁴¹

Infere-se da tabela 5 que a quantidade relativa de homens escravizados não era significativamente superior à de mulheres escravizadas, indicando certo equilíbrio quantitativo entre os gêneros, o que favorece o crescimento demográfico da população de cativos em Goiás. Concomitantemente, a província não possuía atividades produtivas relevantes para o setor exportador, como o café, o açúcar, a borracha ou o algodão. Somando esses fatores a porcentagem de crianças de 0 a 15 anos e de mulheres de 16 a 50 anos na população feminina, conclui-se que o ambiente regional da época era favorável a reprodução natural da população escrava, na direção contrária do quadro nacional, de involução.

Enfim, pode-se dizer que o explicitado acima é reiterado ao contrapor os valores encontrados para Goiás com outras regiões passíveis de comparação, como Teresina, Municípios de Minas, regiões de Pernambuco e Rio Grande do Sul, com quantitativos demográficos indicados na tabela a seguir.

⁴¹ VERSIANI, Flávio Rabelo & NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UnB, 2016, p. 223 a 227.

Tabela 6 – Relações demográficas da população escravizada para comparação

Regiões	Crianças de 0-14 anos na população	Mulheres de 15-49 anos na população feminina	Taxa de Fecundidade*	Razão de Masculinidade**
Teresina - 1875	38,4%	62,5%	762	99,3
Municípios de Minas	32,3%***	58,5%	894	149,4***
Pernambuco (Sertão) - 1800 a 1870	38,6%	51,5%	1.147	115,2
Pernambuco (Agreste) - 1851 a 1870	31,1%	51,6%	885	112,8
Pernambuco (Zona da Mata - plantéis <= 20) - 1800 a 1870	34,9%	47,2%	1.003	97,5
Rio Grande do Sul - 1800 a 1870	22,7%	46,8%	893	177
* Medida indireta: número de crianças de 0 a 14 anos por 1000 mulheres de 16 a 50 anos (aproximado).				
** Número de homens por 100 mulheres (aproximado).				
*** Valor para o município de Paracatu.				

Fonte: VERSIANI, Flávio Rabelo & NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UnB, 2016, p. 227 e 229.

Diante dos valores apresentados para as relações demográficas da população escravizada, nota-se que os valores dos indicadores diferem, não de forma significativa, nas regiões analisadas. Sendo assim, quanto a quantidade de crianças de 0 a 14 anos na população escravizada, Goiás é a região com 36,7% da população com idade entre 0 e 15 anos, sendo esse o terceiro maior valor, atrás de Teresina e Pernambuco. Assim como, no que concerne a quantidade de mulheres consideradas em idade fértil, de 15 a 49 anos, na população feminina, logo em seguida de Teresina e dos Municípios de Minas tem-se a quantia de Goiás, sendo a terceira maior, 55,1%. A província goiana apresentou o quarto maior valor no que se refere a taxa de fecundidade e a segunda razão de masculinidade mais “equilibrada”, atrás apenas de Teresina, que demonstrou 99,3 homens a cada 100 mulheres na população escravizada da região. Fatores como esses reforçam a ideia apresentada anteriormente de que a região inserida atualmente no Centro-Oeste possui indícios de crescimento da população escravizada.

Ademais, sendo o município de “Goyaz”, a principal região estudada no presente trabalho e um dos 26 municípios da província, faz-se importante apontar as particularidades dos seus residentes. Em 1872, viviam 17.727 pessoas livres e 1.432 escravos e escravas, totalizando 19.159 habitantes no município. Dentre as 12 “freguezias” do município, Sant’Anna de Goyaz detinha o maior quantitativo de população escravizada, pois 362 sobreviviam na região, totalizando, aproximadamente, 11% do total de moradores dali, que eram 3.433.

Do total de escravos que residiam no Brasil naquele momento e foram contabilizados no recenseamento, faz-se relevante levantar o seguinte questionamento: porque na tabela que considera a população em relação a nacionalidade estrangeira, pessoas que vieram de países localizados no continente europeu ou sul americano são discriminadas por país e as que foram trazidas ou vieram do continente africano são consideradas como africanas, sem discriminação por país? Fatores como esse, evidenciam o desinteresse acerca da bagagem histórica da população escravizada, coisificada por parte dos traficantes, dos compradores e vendedores, que negociavam pessoas como míseras mercadorias, e por parte dos responsáveis por desenvolver o primeiro recenseamento do Brasil.

Diante da reflexão acerca da exposição de dados tão relevantes para o desenvolvimento histórico e socioeconômico do país, o estudo apresenta que a população livre pode ser dividida em quatro diferentes “raças”, sendo elas “brancos, pardos, pretos e caboclos”, sendo que os escravos e escravas só podem ser divididos em “pardos e pretos”. Sendo assim, tem-se a limitada noção de quais etnias mais sofreram durante a época escravocrata. Tratando apenas dos dados da segunda população, infere-se por meio dos resultados da pesquisa que a quantidade de homens e mulheres não divergia significativamente naquele tempo, sendo das 1.432 pessoas escravizadas, 729 homens e 703 mulheres, assim como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 7 – População escravizada considerada em relação ao sexo, por freguesia no Município de Goyaz

Freguesia	Homens			Mulheres			Homens e Mulheres		
	Pardos	Pretos	Total	Pardas	Pretas	Total	Pardos	Pretos	Total
Sant'Anna de Goyaz	101	61	162	89	111	200	190	172	362
N. S. do Rosario de Goyaz	19	63	82	31	58	89	50	121	171
N. S. do Rosario da Barra	10	16	26	11	9	20	21	25	46
N. S. do Pilar de Ouro-fino	39	42	81	12	32	44	51	74	125
S. José de Mossamedes	30	87	117	29	65	94	59	152	211
N. S. da Abbadia do Curralinho	31	46	77	22	59	81	53	105	158
S. Francisco D'Assis do Anicuns	0	19	19	9	23	32	9	42	51
S. Sebastião do Alemão	11	42	53	17	34	51	28	76	104
N. S. do Rosario do Rio Claro	15	38	53	12	28	40	27	66	93
Santa Rita do Anta	27	21	48	26	24	50	53	45	98
S. José do Araguaya	0	11	11	0	1	1	0	12	12
Santa Maria	0	0	0	0	1	1	0	1	1
Total	283	446	729	258	445	703	541	891	1432

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Brasil, 1872, p. 132.

Além disso, outro dado nos mostra a situação em que viviam os e as escravizadas que habitavam o município de “Goyaz”, pois o quadro geral da população escrava quanto ao “gráo de instrucção” indica que nenhum deles e delas sabiam ler e escrever, fossem eles pretos, pardos, “catholicos”, “acatholicos”, brasileiros ou estrangeiros. Por outro lado, quanto a população livre, tem-se um cenário distinto, mesmo com a maioria dos homens e mulheres sendo analfabetos, como indicado por meio da tabela a seguir.

Tabela 8 – População livre considerada em relação ao grau de instrução

Freguesia	Homens		Mulheres	
	Sabem ler e escrever	Analfabetos	Sabem ler e escrever	Analfabetas
Sant'Anna de Goyaz	862	735	371	1103
N. S. do Rosario de Goyaz	211	509	93	731
N. S. do Rosario da Barra	55	593	9	598
N. S. do Pilar de Ouro-fino	83	580	22	654
S. José de Mossamedes	201	757	49	847
N. S. da Abbadia do Curralinho	436	1088	293	1248
S. Francisco D'Assis do Anicuns	131	465	56	447
S. Sebastião do Allemão	134	500	29	543
N. S. do Rosario do Rio Claro	91	384	40	340
Santa Rita do Anta	101	707	59	594
S. José do Araguaya	79	179	22	227
Santa Maria	38	211	11	211
Total	2422	6708	1054	7543

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Brazil, 1872, p. 131.

Percebe-se que a freguesia Sant’Anna de Goyaz é a única que apresentou valor superior de alfabetizados frente ao de analfabetos, para o grupo masculino. Quanto ao grupo feminino, a mesma freguesia apresentou uma quantidade de alfabetizadas que representa, aproximadamente, 34% da quantia de analfabetas. Já o quantitativo total de homens que sabiam ler e escrever em 1872 foi de 2.422, o que representa cerca de 36% dos analfabetos. Para as mulheres, o valor total de analfabetas foi relativamente semelhante ao de homens, 7.543. Entretanto, as alfabetizadas representam, aproximadamente, apenas 14% desse valor. Infelizmente, essa era a realidade brasileira no período final do século XIX e, certamente, influenciou o desenvolvimento histórico, social e econômico do país.

Por último, mas não menos importante, faz-se extremamente relevante apresentar dados acerca das profissões exercidas por parte da população que sobrevivia na condição de escravo. Das “profissões liberaes” apontadas pelo estudo como as de juiz, advogado, notário, escrivão, procurador, oficial de justiça, médico, cirurgião, “pharmaceutico”, parteiro, professor, homem de letras, empregado público e artista, a única que cabia aos

escravos, apenas aos homens, era a de artista, com 6 profissionais dessa área no recenseamento de 1872. Já a profissão que mais exercida por escravos e escravas foi a de lavrador, que eram 3.000, e lavradora, que eram 1.523. Classificados como “Sem profissão” também estavam 1.523 homens e 1.535 mulheres, como indicado por meio da tabela a seguir.

Tabela 9 – População escravizada considerada em relação as profissões

Grupos	Ocupações	Escravos	Escravas	Homens Livres	Mulheres Livres	Total
Profissões Liberais	Juízes	0	0	14	0	14
	Advogados	0	0	5	0	5
	Notarios e escrivães	0	0	33	0	33
	Procuradores	0	0	4	0	4
	Officiais de Justiça	0	0	18	0	18
	Médicos	0	0	15	0	15
	Cirurgiões	0	0	3	0	3
	Pharmaceuticos	0	0	3	0	3
	Parteiros	0	0	3	37	40
	Professores e homens de letras	0	0	146	30	176
	Empregados publicos	0	0	188	0	188
	Artistas	6	0	296	51	353
	Militares	0	0	528	0	528
	Marítimos	5	0	59	0	64
	Pescadores	0	0	17	0	17
	Capitalistas e proprietários	0	0	271	131	402
Profissões Industriais e Comerciais	Manufactureiros e fabricantes	0	0	159	160	319
Profissões manuaes ou mecanicas	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	0	0	1267	107	1374
	Costureiras	0	458	0	8476	8934
	Canteiros, calcateiros, mineiros e cavouqueiros	45	0	62	0	107
	Operarios em metaes	35	0	558	0	593
	Operarios em madeiras	91	0	708	0	799
	Operarios em tecidos	6	379	712	8732	9829
	Operarios de edificações	55	0	403	1	459
	Operarios em couros e pelles	17	0	308	0	325
	Operarios em tinturaria	2	0	3	18	23
	Operarios de vestuários	18	0	342	103	463
	Operarios de chapéos	0	0	36	29	65
	Operarios de calçado	28	0	504	15	547
Profissões agrícolas	Lavradores	3000	1523	33626	14517	52666
	Criadores	0	0	2787	1055	3842
Profissões assalariadas	Criados e Jornaleiros	333	87	2717	1203	4340
	Serviço doméstico	208	1298	878	12557	14941
	Sem profissão	1523	1535	28278	27553	58889
Total		5372	5280	74951	74775	160378

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Brazil, 1872, p. 135.

Diante do exposto, pode-se concluir que a população escrava vivia em condições significativamente distintas da população livre e foram parte relevante da construção socioeconômica do atual Goiás.

3. Os Preços

Diante do preço, considerado representante monetário do valor de alguma mercadoria, não é objetivo da seguinte análise minimizar o impacto negativo da diáspora africana ao considerar corpos de africanos e africanas escravizadas como passíveis de precificação. Infelizmente, durante mais de 300 anos, escravos foram trazidos ao Brasil e negociados como produtos. Também por isso, faz-se relevante explorar essa temática e democratizar o acesso a informações relativas a esse período, assim como objetiva este estudo.

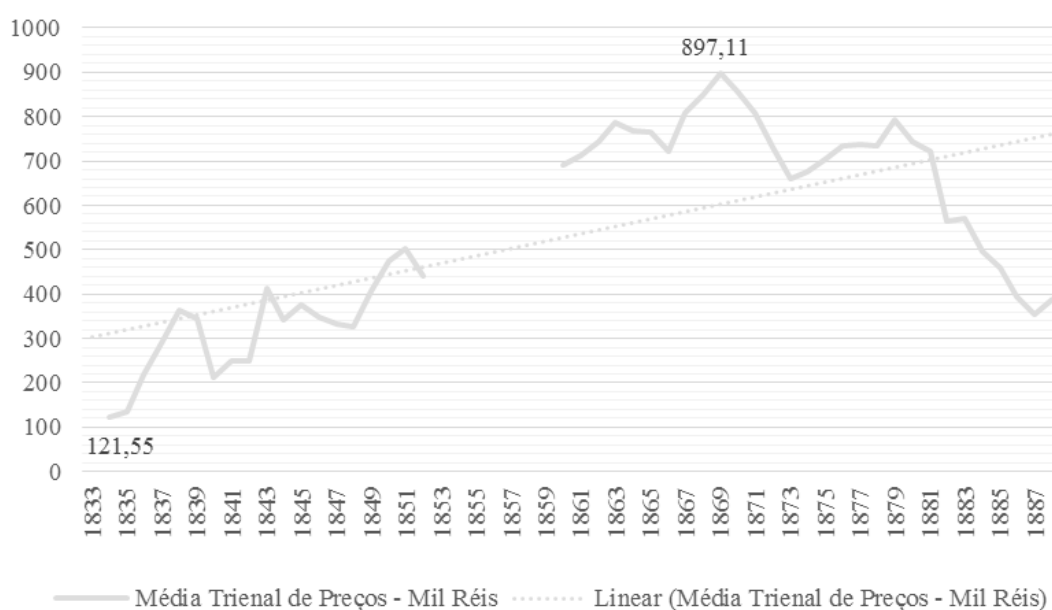
Ao abordar a questão preço, a ciência econômica discorreu de diversas formas, podendo ser elas mais relacionadas ao pensamento neoclássico e microeconômico da teoria de formação de preços ou ao pensamento considerado clássico de desigualdade entre oferta e demanda. Neste estudo, serão analisados dados de preço, idade e gênero de escravizados ou escravizadas vendidas na Cidade de Goiás, antiga Goiás Velho. Os dados analisados se originam do programa de pesquisa sobre o escravismo brasileiro conduzido por parte dos professores Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino. A pesquisa foi feita em livros de registro de transações dos Cartórios do 1º e 2º Ofício da cidade e compreende o período de 1833 até 1888. Além disso, a relação de preços poderá ser complementada com outras 200 alforrias, recolhidas no mesmo projeto, e com séries equivalentes relativas a Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Diante do exposto, analisou-se o preço, em mil réis, por meio dos dados dos Cartórios do 1º e 2º Ofício, como mencionado, referentes a 976 transações de escravos. Realizadas de 1833 a 1888, as relações monetárias que geraram os valores analisados, foram separadas em 4 classificações, sendo elas:

- a) Homens de 15 a 40 anos
- b) Mulheres de 15 a 40 anos
- c) Crianças de 0 a 14 anos
- d) Maiores de 40 anos

Diante disso, primeiramente, olhou-se para o agregado de todas as classificações e o resultado obtido a partir dessa base está apresentado por meio do gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Histórico da média trienal de preços (Mil Réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

Elaboração: própria.

Os intervalos sem dados indicam períodos sem observações de preços nos cartórios, não sendo incluídos no inventário, conseqüentemente, no gráfico também. Entretanto, por meio da linha linear de tendência pode-se perceber o movimento das médias trienais de preços, que atingiu o valor mais baixo no segundo ano da amostra e o mais alto em 1868. Esse aumento de preços pode ter variadas razões, entre elas estão o avanço abolicionista, que impulsionou leis e outras medidas adotadas internacionalmente e nacionalmente. A Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, pode ter gerado uma interpretação de diminuição na oferta de mão de obra escravizada, levando os preços a patamares mais elevados. Tal conjuntura de elevados valores dispendidos com a compra de cativos contrasta com a ideia apresentada por Celso Furtado de que o intervalo de tempo entre os anos 1770 e 1850 foi de estagnação econômica, lembrando, claro, que o acesso a dados no período em que o autor escreveu era significativamente menor do que o atual.⁴²

As quedas de preço subsequentes ao ponto de valor máximo podem ser explicadas por conta da maior possibilidade de prever o desfecho abolicionista após a efetivação da Lei do Ventre Livre, de 1871, e da Lei do Sexagenário, de 1885. Além disso, as abolições

⁴² VERSIANI, Flávio Rabelo & NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UnB, 2016, p. 253.

internacionais, as pressões políticas inglesas devem ter sinalizado a proximidade do fim da escravidão.

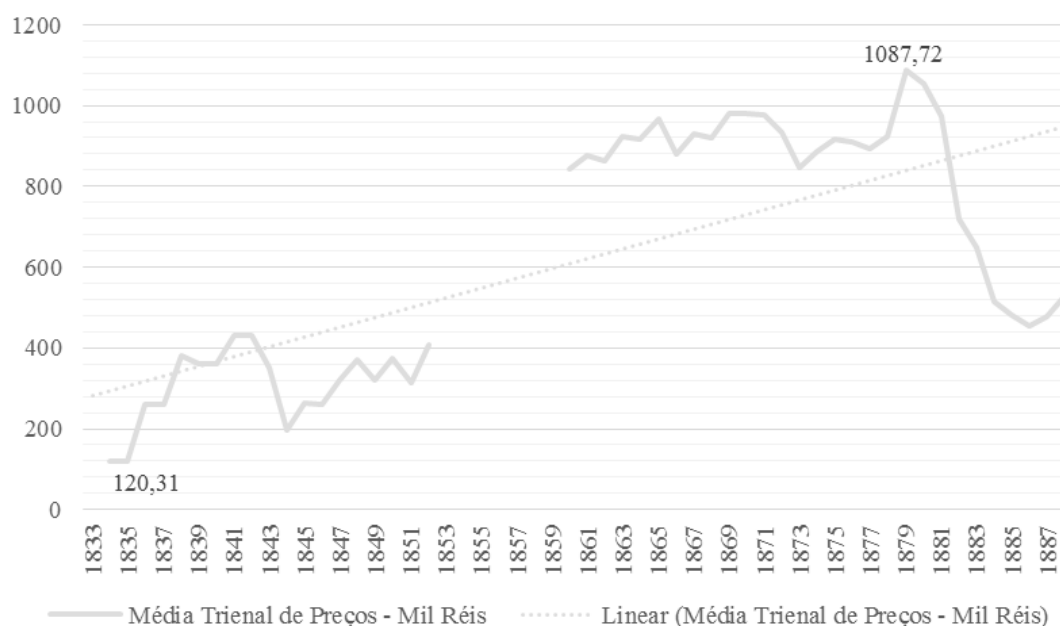
Por último, a queda final nos preços pode ser explicada, também, por meio do argumento de que os donos de escravos tentaram vender a mão de obra escravizada que detinham na tentativa de perder o menor valor possível da quantia que despenderam. Outra análise possível advém de argumentos menos legalistas, que relacionam as variações de preços com as oscilações produtivas de mercadorias que são o foco da atividade econômica de cada região, como o açúcar na Zona da Mata, Bahia e Pernambuco.

Para além da exposição apresentada pelo gráfico anterior, que representa o agregado dos dados de forma simples, faz-se importante aprofundar a análise do comportamento dos preços por meio das especificidades de gênero e idade. Para isso, observou-se de forma separada para inferir preferências ou não por algum deles e obter conclusões acerca deste aspecto.

3.1 Por gênero

Ao desagregar os preços por gênero, tem-se um cenário diferente do cenário apresentado anteriormente. Com isso, os cenários apresentados a seguir indicam os valores da mão de obra escravizada de homens e mulheres, entre 15 e 40 anos, praticados durante o período de 1833 até 1888, assim como os dados anteriores. Entretanto, fez-se relevante realizar, também, o recorte temporal com 27 anos de duração, do período de 1861 a 1888, pois somente nesse espaço de tempo tem-se valores para cada um dos anos. Diante disso, a primeira análise indica os valores médios trienais para o gênero masculino e a história econômica de Goiás pode colaborar para a investigação acerca das causas responsáveis por todas as variações de preço observadas nos gráficos abaixo.

Gráfico 4 – Histórico da média trienal de preços de homens de 15 a 40 anos, 1833 – 1888 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

Elaboração: própria.

Diante da observação de 324 transações de homens de 15 a 40 anos, percebe-se que o valor mais baixo da média trienal de todo o período observado é o de 1835, indicando uma face da agressividade do sistema escravocrata, em que seres humanos eram traficados e vendidos. Como indica a linha de tendência e os outros dados apresentados, as médias de preço aumentaram até 1879, quando observa-se o valor médio trienal mais alto, de 1:087\$720 réis, na transação de vinte e nove escravizados durante os três anos considerados.

A variação perceptível dos preços tem diversas razões, sendo uma das possíveis explicações o fato de que com a decadência econômica da província durante o período pós mineração e o aumento de preço dos produtos alimentícios voltados para a subsistência, tornou-se menos viável manter a mão de obra escravizada. Além disso, o isolamento geográfico e a rapidez com que o ouro saiu da província fizeram com que a região não conseguisse acumular capital para investir em indústria ou em maior dinamização da lavoura. Sendo assim, até o fim da primeira metade do século XIX, Goiás viveu a passagem para uma economia baseada na agropecuária, de subsistência.⁴³

⁴³ FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Goiânia, 1986, pp. 150 e 151.

Além disso, após a transferência da corte para o Brasil, o processo histórico de separação, ocorrido no dia 7 de setembro de 1822 e leis como a Lei Feijó⁴⁴, de 7 de novembro de 1831, deram sinais de que os movimentos separatista e abolicionista ganhavam forças internacionalmente e poderiam forçar o país a abolir o regime escravista do país. Entretanto, mesmo ao promulgar a lei mencionada, que declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império e impunha penas aos que importassem escravos, a ascensão ao poder da classe colonial dominante, composta por senhores da grande agricultura de exportação, pressionou os movimentos sócio políticos de forma inversa e o tráfico negreiro se manteve, assim como sua base para todo o sistema escravocrata.⁴⁵

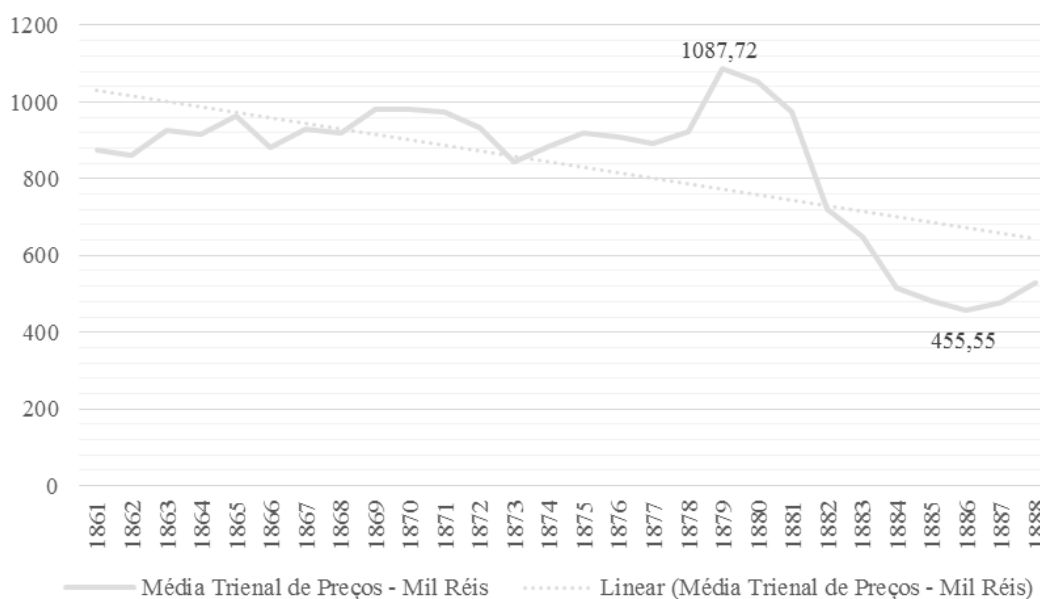
Já na segunda metade do século XIX, o território goiano se encontrava em um contexto de consolidação da agropecuária, atividade que carece de menor quantidade de mão de obra em comparação com a mineração. A população de escravizados diminuiu e a migração de mineiros para o Goiás trouxe um acréscimo populacional para a região, diminuindo a proporção de escravos frente a população livre, podendo ser uma das justificativas plausíveis para o aumento de preço do período apresentado no gráfico acima.

Para completar a análise, tem-se abaixo o gráfico do período em que foram coletadas informações em todos os anos.

⁴⁴ https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html

⁴⁵ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, cap. 17.

Gráfico 5 – Histórico da média trienal de preços de homens de 15 a 40 anos, 1861 - 1888 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

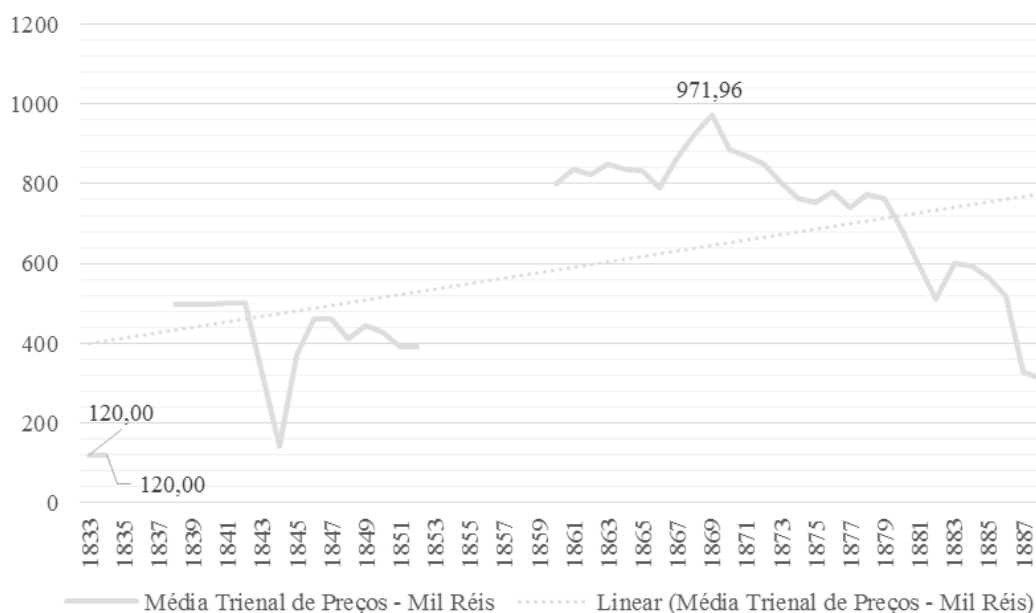
Elaboração: própria.

Pode-se perceber que o comportamento do gráfico difere do anterior, principalmente por meio da linha de tendência, que indica o decrescimento no agregado dos preços, não o crescimento, como foi visto no gráfico 3. Nesse caso, os valores estão inseridos no intervalo de preços entre 800 e 1.000 (em mil réis) desde 1861 até 1878. A partir daí, o ponto mais alto de toda a série é alcançado em 1879 e o menor valor ocorreu em 1886, dois anos antes da abolição da escravidão por meio da Lei Áurea, sancionada no dia 13 de maio de 1888⁴⁶.

Ao analisar 241 transações de escravizadas no território goiano, infere-se que existem semelhanças, por óbvio, com as variações de preços encontradas ao analisar os valores observados para o gênero masculino. Por outro lado, durante os primeiros anos da análise os preços são semelhantes, começando em 120 mil réis. Além disso, a inclinação da curva de tendência, que é a reta pontilhada no gráfico, indica menor amplitude de variação nos dados obtidos para o gênero feminino durante o intervalo de 1833 a 1888, como pode ser observado abaixo.

⁴⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm

Gráfico 6 – Histórico da média trienal de preços de mulheres de 15 a 40 anos, 1833 - 1888 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

Elaboração: própria.

Diversas são as razões para as variações de preço observadas no gráfico 5, sendo relevante mencionar novamente que o período que não apresenta valor de média trienal de preço faz parte de um recorte temporal em que não foram encontrados dados. Explicitado isso, a primeira variação é semelhante à do gênero masculino, pois os dados compreendem um intervalo de preços parecido. As médias trienais saem de valor ínfimo até alcançar o valor máximo em 1869, demonstrando, na maior parte das variações, movimentos de diminuição até o fim do período observado, em 1888. Portanto, além das explicações exploradas nos gráficos anteriores, faz-se relevante mencionar o fortalecimento da ideia de que o comércio deveria ser incentivado na região, para além da agropecuária. Um relatório à Assembleia Legislativa, escrito por José Assis Mascarenhas em 1839, disse o seguinte:

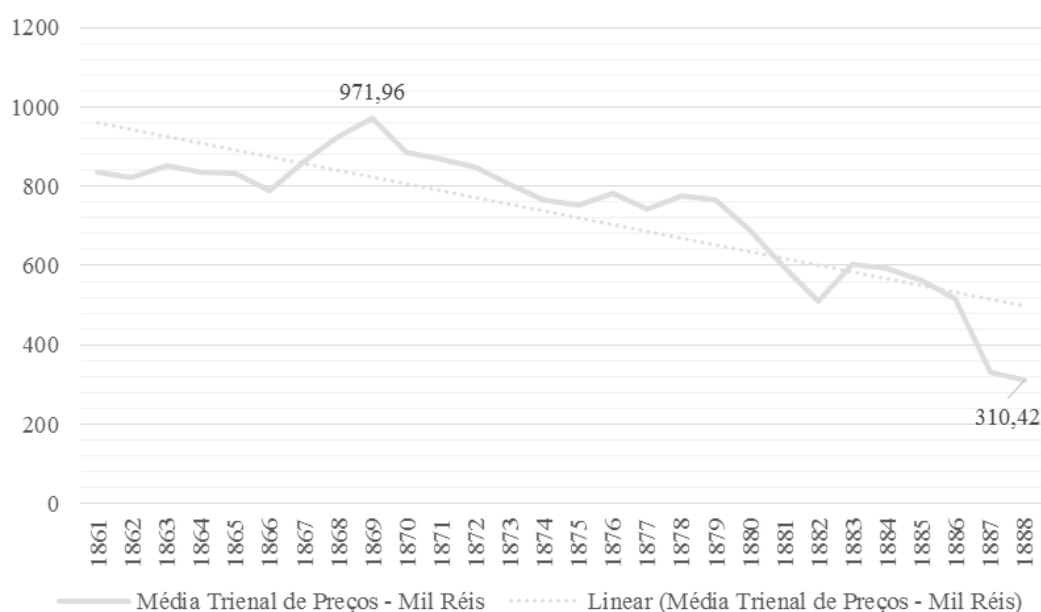
“Se o lavrador se convencer que os objectos de sua lavoura e de seus trabalhos podem com facilidade, e segurança ser conduzidos a lugares onde sejam bem pagos, se ele vir, que as estradas são commodas se animara a fazer grandes plantações.”⁴⁷

⁴⁷ MASCARENHAS, J. A. Relatório que a Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na Sessão Ordinária de 1839 ao Exmo Presidente da mesma Província. In: Telles, Memórias, Goiânia: Ed. UCG, 1986, p.162.

Mesmo com a grafia portuguesa da época, percebe-se a preocupação em dar incentivos a qualquer cidadão que esteja disposto a produzir ou se instalar em regiões de desenvolvimento da agropecuária.⁴⁸ Esse movimento pode ter impactado nos preços da mão de obra escravizada.

Agora, apenas para completar a análise, apresenta-se abaixo o gráfico do período de 27 anos, em que dados foram coletados em todos os anos e corresponde ao período final do gráfico anterior.

Gráfico 7 – Histórico da média trienal de preços de mulheres de 15 a 40 anos, 1861 - 1888 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

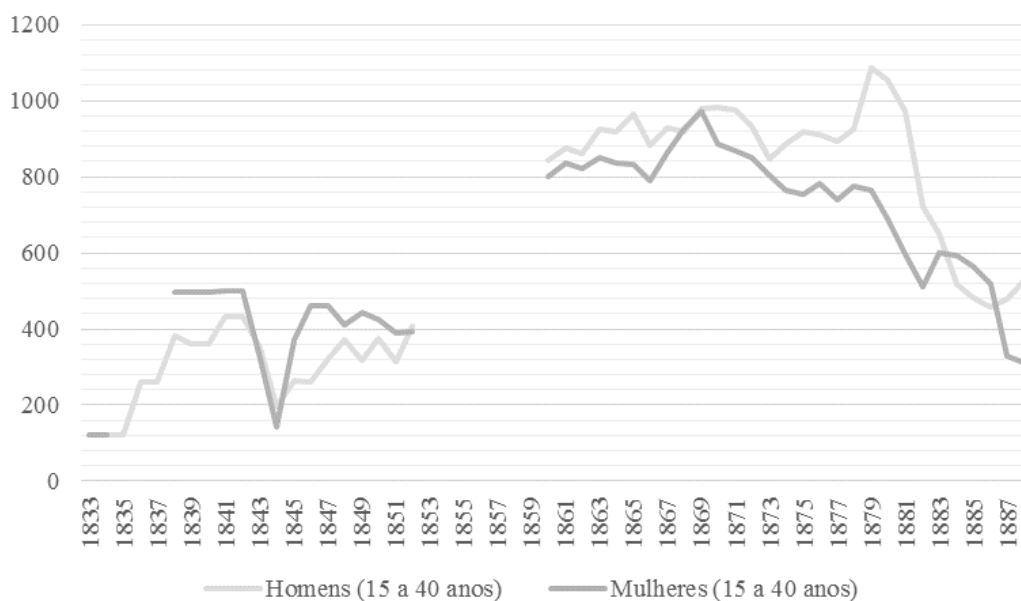
Elaboração: própria.

Nota-se aqui, o movimento que está presente em ambos os gêneros, de diminuição significativa do preço ao aproximar-se da abolição do sistema escravocrata. Com o mesmo valor mais alto do gráfico anterior, no ano de 1869 e outro menor valor, que representa um terço da observação de 1869, no último ano. Percebe-se a intensa desvalorização motivada principalmente por parte dos movimentos abolicionistas, tão positivos para os escravizados e as escravizadas, e ao mesmo tempo, um passo pequeno diante do tamanho da injustiça socioeconômica que lhes foi imposta.

⁴⁸ COELHO, Gustavo N. Goiás: a ocupação pela agropecuária. **História Revista**, 2(2): 23-51, jul/dez, 1997, p. 39.

Para finalizar a análise dos preços por gênero, faz-se de extrema relevância juntar os gráficos para comparar os movimentos de preços observados. Sendo assim, o gráfico abaixo indica o compilado dos gráficos 3 e 5.

Gráfico 8 – Histórico da média trienal de preços de homens e mulheres de 15 a 40 anos, 1833 - 1888 (mil réis)



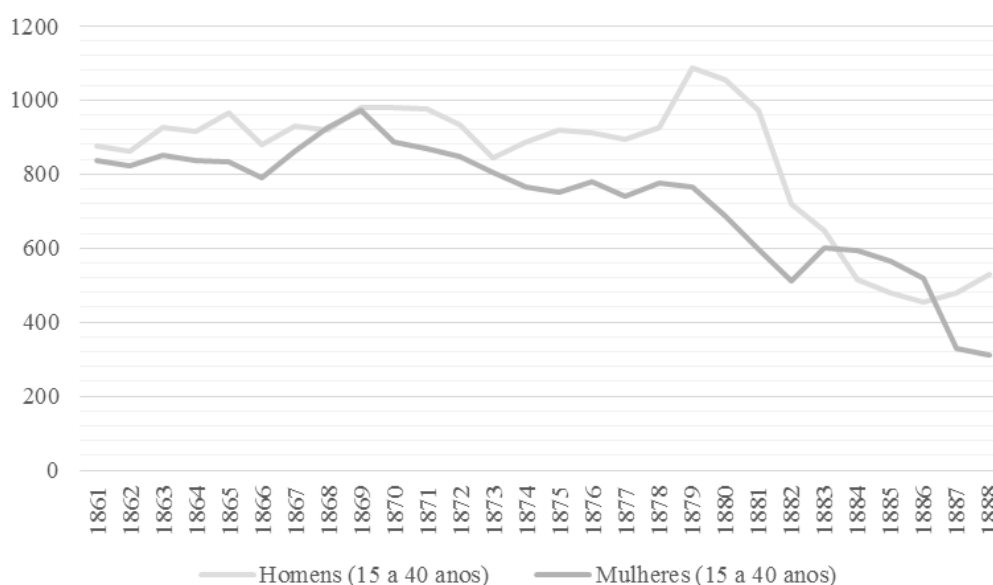
Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

Elaboração: própria.

Infere-se do gráfico acima que a relação de preços se inverteu com o passar do tempo, visto que no período inicial, aproximadamente 71% dos valores observados para as escravizadas são superiores aos dos escravizados. Por outro lado, a partir de 1860, essa relação se inverte e em, aproximadamente 87% dos preços, o valor para o gênero masculino é mais alto que o feminino. Além das justificativas apresentadas anteriormente, pode-se justificar esse movimento por conta da Lei do Ventre Livre, responsável por livrar os descendentes das escravizadas que enfrentaram um processo tão cruel, mas também por reduzir o investimento dos senhores compradores que enxergavam rentabilidade de longo prazo na possibilidade de obter rendimentos que os filhos e filhas dessas mulheres escravizadas poderiam gerar.⁴⁹ Por fim, o período de inversão na relação dos preços é mais nítido no gráfico abaixo, que mostra a união dos gráficos 4 e 6.

⁴⁹ FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. Boston: Little, Brown and Co., 1974, cap. 4.

Gráfico 9 – Histórico da média trienal de preços de homens e mulheres de 15 a 40 anos, 1861 - 1888 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

Elaboração: própria.

Reiterando o exposto anteriormente, evidencia-se, entre outros fatores, o impacto do olhar limitado dos senhores apenas para a capacidade reprodutiva das escravizadas, pois com a Lei do Ventre Livre, nota-se um relevante distanciamento dos preços, indicando aumento do preço relativo masculino durante o período iniciado em 1874 e finalizado em 1882. Por último, faz-se crível pensar que o crescimento da agropecuária na região pode ter impulsionado o aumento dos preços analisados no grupo masculino, dada a predominância do trabalho braçal nessa atividade.

3.2 Por idade

Assim como analisar as discrepâncias de preços entre os gêneros da mão de obra escravizada, faz-se relevante verificar os dados de transações separados por grupos de idade dos cativos. Para isso, observou-se o comportamento da série histórica de preços para crianças de 0 a 14 anos e o grupo considerado idoso, com idade superior a 40 anos. Por fim, fez-se uma comparação com a análise realizada anteriormente com o objetivo de inferir movimentos de preços de cada grupo pesquisado até essa seção.

Primeiramente, vale mencionar que a condição de escravo ou escrava era imposta para todas as crianças ao nascerem até a promulgação da, já mencionada, Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871. Sendo assim, cabia a elas somente o trabalho, visto que até

o acesso à educação era legalmente impossível para elas, como indica o artigo 22º do Regulamento da Instrução Pública de 1854: “Não serão admitidos à matrícula os que tiverem moléstia contagiosa e os escravos”.⁵⁰ Logo, a realidade enfrentada por parte dessas crianças estava intimamente relacionada com o despejo de interesses dos senhores sob suas possibilidades de aplicação da mão de obra, enfrentando adversidades sociais relevantes ao decorrer do seu desenvolvimento. O trecho a seguir trata acerca disso.

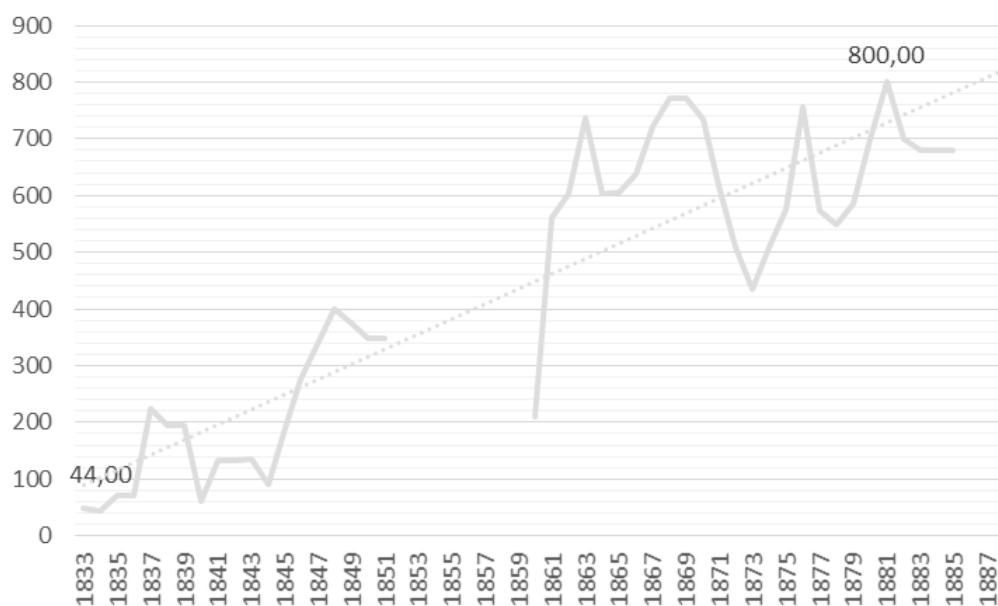
“A vida de uma criança escrava era bastante penosa. Todo o movimento do sistema escravista se dava no sentido de quebrar desde cedo sua resistência, atingindo logo de início sua dignidade humana. Quando criança, servia para satisfazer as vontades do sinhozinho que, vivendo em uma sociedade violenta, transferia para sua relação com o negrinho que lhe era submisso as pressões que ele mesmo sofria. A criança escrava era colocada também à mercê da vontade arbitrária de senhores, senhoras, feitores e agregados. E, por fim, estava a mercê de outros escravos que muitas vezes descarregavam nela, indefesa, toda a amargura e violência de sua vida, chegando inclusive a descontar nessa relação as violências sofridas”.⁵¹

Conclui-se com o exposto que o sofrimento vivido por parte das crianças possuía fortes semelhanças com o que viveram os escravizados e escravizadas, principalmente africanos e africanas, com 15 ou mais anos de idade. Entretanto, quanto aos preços observados por meio de 145 transações dos cartórios do 1º e 2º ofício as situações se diferem, pois o maior valor encontrado no histórico de média trienal de preços de crianças de 0 a 14 anos é mais de 17 vezes maior do que o menor valor, o que não acontece com outros grupos. A relação descrita pode ser vista por meio do gráfico abaixo.

⁵⁰ SA, Elizabeth & MIRANDA, Mary Diana. Trabalho e Escolarização: o universo das crianças negras em Cuiabá (1871-1890). *Educativa*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 297-312, jul./dez. 2011.

⁵¹ VOLPATO, L. R. R. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993, p. 146.

Gráfico 10 – Histórico da média trienal de preços de crianças de 0 a 14 anos, 1833 - 1888 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

Elaboração: própria.

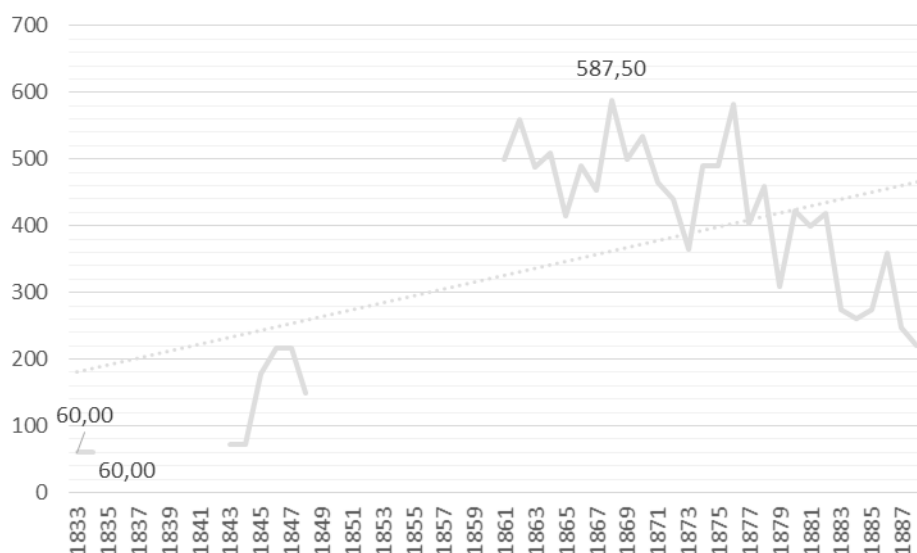
Tamanho variação de preços pode ser percebida por meio da linha de tendência da curva do gráfico. Além disso, ela pode ser explicada, em parte, por conta da expectativa de rendimento futuro que os senhores tinham nas transações de crianças, designadas para as atividades por volta dos 7 ou 8 anos, idade considerada início da fase produtiva, podendo ela acontecer antes, com atividades relacionadas ao cuidado de porcos e galinhas.⁵² Outrossim, importa mencionar que diante da heterogeneidade do grupo etário, da mortalidade infantil que afetava significativamente os preços das menores idades e o pequeno número de amostras, a variação dos preços deve ser analisada com criticidade. Por último, a tão mencionada Lei do Ventre Livre pode ter grande parcela de responsabilidade no aumento de preços pois a mão de obra escravizada poderia ir para outras casas escravistas, ainda quando criança, tornando mais elevada a sua precificação.

O comportamento observado para o histórico da média de preços trienal dos cativos e das cativas com idade superior a 40 anos é mais semelhante com de homens e mulheres de 15 a 40 anos do que com o das crianças de 0 a 14. Para o grupo considerado idoso, a grande particularidade é a pequenez dos valores pesquisados, indicando a desvalorização sofrida por essa mão de obra. Além disso, os menores valores encontrados

⁵² FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. **Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery**. Boston: Little, Brown and Co., 1974, cap. 2.

são de 60 mil réis, aproximadamente, metade dos menores valores pagos por homens e mulheres de 15 a 40 anos. Sendo assim, por meio da racionalidade econômica dos senhores, faz sentido considerar que para trabalhos que exigem força física, a idade avançada, bem como o estado de saúde, representam menos produtividade, levando ao menor importe.

Gráfico 11 – Histórico da média trienal de preços de idosos (>40 anos), 1833 - 1888 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

Elaboração: própria.

Diante do gráfico apresentado, pode-se inferir as questões levantadas no parágrafo anterior. Além disso, é plausível associar os baixos preços com o risco de morte, relevante também no caso das crianças. Quanto menor a expectativa de vida, menor o anseio por altos rendimentos no trabalho forçado os senhores teriam. Entretanto, faz-se importante mencionar que alguns cativos e cativas pertencentes ao grupo de idosos continuavam demonstrando relevante serventia produtiva para os locais onde a mão de obra escravizada era utilizada.⁵³

Por último, a Lei do Sexagenário, promulgada em 28 de setembro de 1885, garantiu a emancipação de cativos e cativas com idade igual ou superior a 60 anos, sendo que para atender interesses escravagistas, eram obrigados a prestar serviços a seus ex-senhores por três anos ou até completar 65 anos. Além de ter sido responsável pela renúncia do presidente da Câmara, pela dissolução e formação de uma nova Assembleia

⁵³ VERSIANI, Flávio Rabelo & NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UnB, 2016, p. 274.

Geral, pressões abolicionistas resultantes em mais esse projeto de lei, que precisou passar por adaptações para atender aos desejos dos escravocratas. Os argumentos de que “acostumado com o mínimo necessário para sobreviver, o escravo não se esforçaria para trabalhar como um homem livre” e de que “sem trabalhar, o negro livre ficaria nas ruas, perturbando a ordem pública”, demonstram ideias sem fundamentos, que permeiam as instituições e a sociedade brasileira até a atualidade, quando escuta-se que o negro é incapaz ou que a Bahia, estado com a 3ª maior quantidade de escravizados em 1872, tem população majoritariamente preguiçosa.⁵⁴

Abaixo, faz-se relevante expor a última análise gráfica da seção em questão, que contempla todas as verificações apresentadas e facilita a comparação dos dados.

Gráfico 12 – Histórico da média trienal de preços de homens, mulheres, crianças e idosos, 1833 - 1888 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani.

Elaboração: própria.

Nota-se que, com exceção da curva dos valores observados para crianças, o comportamento da masculina, feminina e de idosos de ambos os gêneros, apresentaram variações relativamente semelhantes, sendo que cada informação de média trienal difere significativamente. Sendo assim, pretende-se colaborar com o avanço do entendimento acerca dos dados de preços praticados durante um recorte temporal do regime escravista

⁵⁴ Agência Senado - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/31/lei-dos-sexagenarios-completa-130-anos>

em Goiás e colaborar para o debate acadêmico que visa preencher lacunas do conhecimento econômico e histórico do período. Diante disso, pergunta-se: teria no Brasil um mercado de escravizados e escravizadas de âmbito regional, estadual ou até mesmo nacional?

3.3 Por região e suas comparações

Em linha com as exposições das seções anteriores, objetiva-se responder o questionamento levantado por meio da comparação dos valores apresentados com os preços obtidos em inventários do programa de investigação sobre o escravismo brasileiro no século XIX, que abrange vários pesquisadores e instituições. Entre eles, estão os professores Flávio Rabelo Versiani, Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, José Raimundo de Oliveira Vergolino, Josué Modesto Passos Subrinho, Renato Leite Marcondes e Stephen Anthony de Castro.

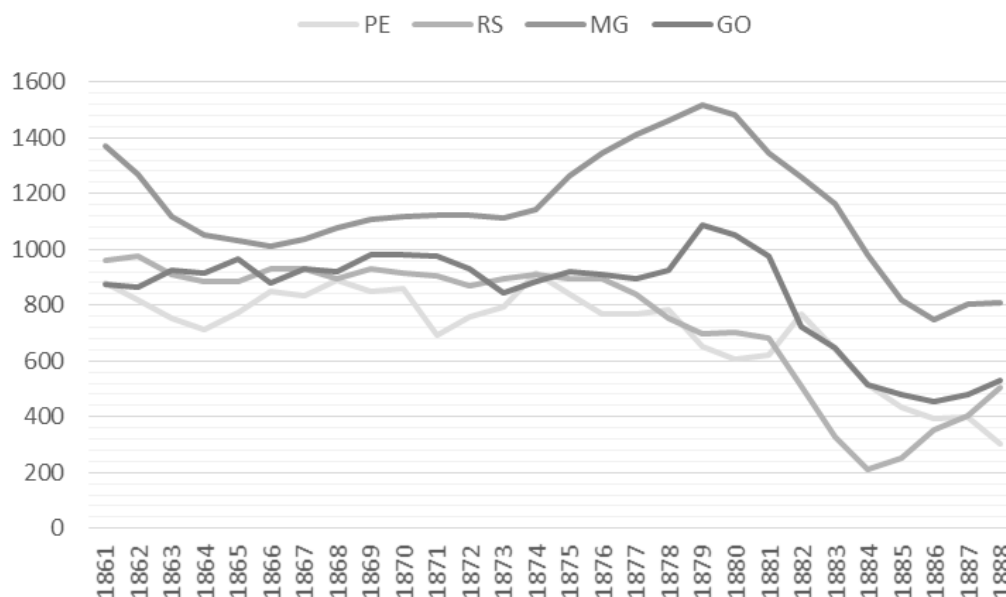
Em primeiro lugar, faz-se relevante mencionar que o início do período oitocentista é marcado por baixo preço da mão de obra cativa. O início desse barateamento ocorreu em meados do século XVIII e pode ter levado ao aumento da apropriação de escravizados e escravizadas para utilização na generalidade das atividades produtivas. Pode-se perceber a relação mencionada por meio da difusão da posse de cativos, pois 33% dos domicílios de Minas Gerais tinham mão de obra escrava na década de 1830. O impacto da extinção do comércio de escravos por parte dos traficantes ingleses em 1807 pode ter sido significativo, assim como a relevância da promessa brasileira para a Inglaterra de que extingiria o tráfico africano, na Convenção de 1826. Respectivamente, esses movimentos podem ter sido responsáveis por diminuição e aumento de preço da mão de obra cativa no Brasil. Por fim, faz-se importante mencionar o aumento de preços na África, que também impactou os preços brasileiros.⁵⁵

O gráfico a seguir apresenta a união dos valores observados para a região de Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Busca-se inferir como se comportaram os preços nessas regiões na segunda metade do século XIX, período de ascensão e consolidação da agropecuária no Goiás, do auge da cultura cafeeira em Minas Gerais, da manutenção da pecuária e charqueadas no Rio Grande do Sul e do decréscimo do

⁵⁵ VERSIANI, Flávio Rabelo & NOGUEIRÓL, Luiz Paulo Ferreira (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UnB, 2016, pp. 258 a 261.

açúcar em Pernambuco, mesmo sabendo que nesse momento o café, gradualmente, se transformava no produto dominante das atividades agrícolas do país.

Gráfico 13 – Histórico da média trienal de preços de homens de 15 a 40 anos, 1862 - 1885 (mil réis)



Fonte: inventários - Flávio Rabelo Versiani e Bergard (1999) - MG.

Elaboração: própria.

Diante da ilustração, nota-se que mesmo com atividades econômicas distintas, podendo ser mais ou menos dinâmicas a depender da região, existe certo paralelismo no comportamento e evolução dos preços nas províncias observadas. Portanto, faz-se contundente mencionar que essa característica dos preços aponta para a possibilidade de existir um mercado nacional de escravos.

4. Considerações Finais

Diante do apresentado, o presente trabalho objetivou aprofundar o debate acadêmico, agregar conhecimento e preencher lacunas que a falta de uma pesquisa, com preços aplicados a esse recorte temporal e essa região, deixou. Assim, buscou-se abordar aspectos socioeconômicos nacionais, para seguir aos regionais e concluir com a especificidade dos preços da mão de obra escravizada em Goiás e comparações. Ao contrário do que a maior parte dos estudos econômicos, procurou-se evidenciar a relevância dos escravizados no progresso econômico do país e da província goiana.

A primeira seção apresentou fatos marcantes ocorridos no período em que o país, como colônia da Coroa Portuguesa, enfrentou as ambições mercantilistas e metalistas da metrópole. Responsável por consolidar a relação, descrita posteriormente por parte do economista argentino e cepalino Raul Prebisch como centro-periferia, esse período histórico levou o país a busca incessante por exportação, de açúcar, ouro e café, não por industrialização ou outras formas que garantiriam acumulação de capital mais duradouras. Para isso, as decisões políticas tomadas em Portugal visavam a interiorização da população. Em busca de recursos naturais e mão de obra indígena, a densidade populacional deixa de ser tão alta no litoral do país e regiões mais interioranas passam a ser habitadas.

Bartolomeu Bueno da Silva, bandeirante de São Paulo e pioneiro a encontrar ouro na província goiana, foi responsável por fundar algumas regiões que levaram à criação da capitania de Goiás em 1744. Nesse período, a escravidão de indígenas já havia sido proibida e o comércio de africanos e africanas escravizadas fazia parte da realidade brasileira, levando mão de obra fundamental para locais de mineração de garimpagem e cascalho, predominantes em Goiás.

O tráfico de pessoas escravizadas foi responsável por tirar mais de 12 milhões de pessoas de seus locais de origem, sendo que, aproximadamente, um terço delas tiveram o Brasil como destino. Somente de 1751 até 1850 desembarcaram no Brasil mais de 2 milhões e 500 mil africanos e africanas, sendo eles crianças, jovens, adultos ou idosos.⁵⁶ Faz-se de extrema relevância falar sobre essa população, invisibilizada, que foi e é, agora não mais na condição de escravizada, fundamental para a economia do país e do mundo ocidental.

Na região estudada, a quantidade de cativos e cativas aumentou significativamente durante o século XVIII, período do apogeu aurífero, e reduziu no século seguinte, de decadência da mineração. Sobre o período inicial, Roberto Simonsen aponta que de 1700 até 1770 a produção de ouro brasileiro atingiu 50% do que o mundo produziu, sendo que Goiás era responsável por aproximadamente 15% dessa quantia. Assim, nota-se a substancialidade do ouro para o desenvolvimento sócio econômico da região, que teve um apogeu e decadência de forma relativamente célere, evidenciando que a formatos distintos de estruturação econômica poderiam ter sido mais proveitosos.

⁵⁶ <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>

Por fim, a última seção abordou os preços e valeu-se de arquivos cartoriais, como mencionado. Em um período de surgimento de novas relações de produção que se afirmariam na agricultura e na pecuária goiana, trata-se do valor pago nas transações de escravizados e escravizadas, obtendo conclusões a partir de suas variações. Sob a ótica da racionalidade econômica, tem-se que o valor pago por parte dos senhores representaria o valor dos rendimentos esperados da atividade produtiva dessa mão de obra, levando em conta a expectativa de vida e uma determinada taxa de desconto no tempo, algo semelhante à depreciação e que acontece na decisão de compra de outros ativos, como máquinas e equipamentos produtivos. Semelhante ao que escreveu Karl Marx, “o preço que se paga neste caso pelo escravo não é outra coisa senão a mais-valia ou lucro, antecipado e capitalizado, que dele se extrairá.”⁵⁷

Diante das 976 observações encontradas nos Cartórios do 1º e 2º Ofício, percebeu-se que fatores como idade, gênero e região, impactavam significativamente o valor em mil réis dos cativos e cativas. Fez-se relevante perceber que mesmo com atividades econômicas tão distintas, regiões como Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, apresentaram variações relativamente semelhantes durante os anos 1861 e 1888. Fatos como esse indicam a possibilidade de existência de um mercado no qual as transações ocorriam entre regiões e os comerciantes tentavam aferir lucros com transações inter-regionais, caracterizando-o assim como um mercado nacional de mão de obra escravizada.

Importa demonstrar que objetivou-se com o trabalho informar, debater e criticar, sempre com respeito aos valores culturais e sociais das populações escravizadas, sem diminuir ou minimizar tanto sofrimento vivido no período escravista. Diferentemente do que fez o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por meio de uma circular que ordenava que todos os documentos referentes a “esse humilhante assunto” fossem destruídos pelo fogo.⁵⁸

Para finalizar, é um privilégio discutir a história econômica brasileira e goiana, bem como aspectos do cruel período escravocrata vivido no Brasil. Ademais, ter inúmeras e ricas contribuições acadêmicas como as citadas para basear-se. Isto significa que estamos a usufruir dos direitos e liberdades que foram conquistados ao longo de tantos

⁵⁷ MARX, Karl. *Capital*. Vol. 1. *New York: International Publishers*, 1987 [1867], p. 1028.

⁵⁸ Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas - Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1891, 2ª seção, circular nº 4.

anos de luta. Sendo assim, deve-se também discutir a segurança, a educação, a saúde e os gastos públicos, mas o que não se pode, jamais, é deixar de discutir.

Referências Bibliográficas:

BERGAD, Laird W. **Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

CASTILHO, Denis. Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (67). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-67.htm>>

CAMARGO, Alexandre de P. R. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 3, pp. 361-385, set.- dez., 2009.

CHAIM, Marivone Matos. Política Indigenista em Goiás. **Revista de Antropologia**, Goiânia, V. 30/32, pp. 175-181, 1987/88/89.

CALÓGERAS, Pandiá. **As Minas do Brasil e Sua Legislação**. (3 vols.) São Paulo: Ed. Nacional, 1938 (Coleção Brasileira).

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: A Cartografia a Serviço da Diplomacia. **Varia Historia**. Disponível em: (<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434820015>).

FERREIRA, Mário Clemente. **Os demarcadores do Tratado de Madrid (1750) e as Reformas Pombalinas de Ensino**. IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica – Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Disponível em: (<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/resumos/96.pdf>).

FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. **Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery**. Boston: Little, Brown and Co., 1974.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Goiânia, 1986, 176 pp.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUNIOR, Caio da Silva Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

JUNIOR, Mauro Guimarães de Oliveira. **A Participação de Goiás na Defesa da Fronteira Oeste e Norte do Império Atlântico Português de 1750 a 1821**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica. Goiânia, 2011, 115 pp.

- LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento Alimentar em Goiás na Primeira Metade do Século XIX**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012, 142 pp.
- MARCONDES, Renato Leite. Padrão-Ouro e Estabilidade. **Est. Econ.**, São Paulo, V. 28, N. 3, pp. 533-559, Julho-Setembro, 1998.
- MARTINS, Fátima de Macedo. **Saint-Hilaire em Goiás: Viagem, Ciência e Missão Civilizatória**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2017, 230 pp.
- MARX, Karl. **Capital**. Vol. 1. Nova Iorque: International Publishers, 1987 [1867].
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Construção Original do Território Americano. **Revista USP**, São Paulo, pp. 8-15, 1998.
- NOGUEIRA, Ricardo A. Silva. **A Construção do Patrimônio Arqueológico em Serranópolis**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica. Goiânia, 2013, 131 pp.
- PALACÍN, L. & MORAES, M. A. de S. **História de Goiás (1722 – 1972)**. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.
- PALACÍN, L. & MORAES, M. A. de S. **Pelos Caminhos do Desenvolvimento de Goiás** - 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- PINTO, Virgílio N. **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.
- SÁ, Elizabeth & MIRANDA, Mary Diana. Trabalho e Escolarização: o universo das crianças negras em Cuiabá (1871-1890). **Educativa**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 297-312, jul./dez. 2011.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- SALLES, Gilka V. Ferreira de. A Pesquisa Histórica em Goiás – XXIII Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Revista USP**, São Paulo, pp. 453-491, 1971.
- SALLES, Gilka V. Ferreira de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O Sertão de Goiás na Literatura de Viagem. **Revista Mosaico**, Tocantins, V. 6, N. 1, Jan./Jul., 2013.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. Pelos serviços prestados: o perfil do escravo alforriado em Mariana no período 1840-1888. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 127-159, Mar, 2016.
- TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Oriente, 1978.
- VERSIANI, Flávio Rabelo & NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira (organizadores). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristovão: Editora UFS; Brasília: Editora UnB, 2016.
- VOLPATO, L. R. R. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 - 1888**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.